



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 059

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Mesa Executiva | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão Ordinária | 02 |
| Expediente: | |
| Mensagens | 03 |
| Ofícios | 03 |
| Requerimentos | 03 |
| Projetos de Lei | 12 |
| Pequeno Expediente: | |
| Dep. Pedro Ivo Ilkiv | 14 |
| Dep. Barbosa Neto | 14 |
| Dep. José Domingos Scarpellini | 15 |
| Dep. Elio Rusch | 16 |
| Dep. Tadeu Veneri | 17 |
| Dep. Pastor Edson Praczyk | 19 |
| Horário das Lideranças: | |
| Liderança do PT: | |
| Dep. Tadeu Veneri | 18 |
| Liderança do PDT: | |
| Dep. Barbosa Neto | 22 |
| Liderança do PFL: | |
| Dep. Plauto Miró Guimarães | 23 |
| Liderança do PSDB: | |
| Dep. Valdir Rossoni | 24 |
| Liderança do PMDB: | |
| Dep. Antonio Anibelli | 25 |
| Liderança da Oposição: | |
| Dep. Pastor Edson Praczyk | 19 |
| Liderança do Governo: | |
| Dep. Dobrandino da Silva | 26 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 27 |
| Discussão / Votação | 28 |
| 1ª Discussão | 28 |
| 2ª Discussão | 37 |
| Redação Final | 38 |
| Requerimentos | 39 |
| Encerramento da Sessão Ordinária..... | 40 |
| Transcrição..... | 40 |
| Publicações: | |
| Despacho da Presidência | 41 |
| Ata de Comissão | 41 |
| Comissão de Const. e Justiça | 41 |

058ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Reni Pereira, André Vargas, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Natálio Stica e Nelson Justus (10). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 026/2005

Curitiba, 02 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para, em conformidade com o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, submeter à elevada apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, integrando a administração indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, assim como de outros órgãos administrativos, medida essa que, se qualquer sombra de dúvida, consulta aos superiores interesses públicos, em razão da indiscutível importância da área em que irá atuar.

Apresentando detalhamento quanto aos aspectos que demonstram a elevada conveniência e oportunidade de que é revestida a medida ora proposta, segue, em anexo, cópia de justificativa que me foi apresentada através do protocolado sob nº 5.923.457-9, cujos termos são por mim ratificados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 062 e 063/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

265/2005: De autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre publicação de ato do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.704. **Anote-se - Arquite-se.**

600/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.705. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob os nºs CTL/CC 065 e 066/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 014, 016, 029, 032, 033, 036, 046, 054, 059, 066, 068, 079, 084, 104, 107, 109, 120, 124, 132, 133, 152, 166/2005; 309, 381, 414 e 447/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 067/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 101/2005; 337 e 464/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 4º do artigo nº 179 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão total da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Duílio Genari, Elio Rusch, Dobrandino da Silva e Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 356/2005, de sua autoria, tendo em vista a existência da Lei nº 11.674/97, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da urgência para a votação do

Projeto de Lei nº 285/2005 (Mensagem 21/2005), incluído parágrafo ao artigo 272, da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil)

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente:

Os Deputados que se subscrevem, através do Líder da Bancada do PT, Deputado Tadeu Veneri, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM a retirada de pauta por dez Sessões do Projeto de Lei nº 292/2004 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS
TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Leis nºs 104/2003 e 150/2005, que dispõem sobre a concessão de benefício à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência física.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, que seja concedida dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante estada em Brasília para atender o compromisso previamente agendado nos dias 15, 16 e 17 de junho do corrente ano.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis,

solicitar autorização para utilização de parte do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 14 de junho de 2005.

A solicitação acima terá como objetivo explanação sobre o programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/Sul pelo Prefeito Municipal de Paranaguá e Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná. Sr. José Baka Filho.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 11, do Padre Wilson Depieri, 57 anos, pároco da Igreja Santo Antônio de Paula, muito conhecido em todo o Vale do Ivaí, tendo passado por várias paróquias de Municípios da região, como Cruzmaltina, Borrazópolis, Astorga, Ivaiporã e, também, em Apucarana, na Igreja Coração Eucarístico.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do jovem David Augusto Kaviatowski, aos 19 anos de idade, nesta Capital.

Morador do Bairro Barreirinha, era um jovem dinâmico, praticava esporte com muita dedicação e que apesar do pouco tempo de vida, soube cativar a amizade e a admiração de todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao Município da

Lapa e aos seus munícipes, que na data de hoje comemora 236 anos de emancipação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Jurista René Ariel Dotti pela sua posse no cargo de Presidente na Associação Internacional de Direito Penal, e também, ao jurista Juliano Breda, que assumiu o cargo de Secretário Adjunto de Comunicação da importante associação internacional.

A presença desses ilustres paranaenses na direção brasileira da AIDAP é motivo de orgulho para todos nós.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho de Administração do SICOOB Médio Oeste, pela inauguração da unidade da Cooperativa de Crédito dos Empresários de Assis Chateaubriand, realizada no dia 03 de junho de 2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Sra. Naddir Lulu Ferreira da Costa, Presidente do SICOOB e da Cooperativa de Crédito dos Empresários de Assis Chateaubriand, no seguinte endereço: Rua João Pessoa, 66 - Centro - 85.935-000 - Assis Chateaubriand - PR.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Quitandinha pela comemoração, nesta data de 13 de junho de 2005, dos seus 44 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Valfrido Eduardo Prado, ao Sr. Vice-Prefeito João Santana Pinto, e a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população do Município de Quitandinha, irá comemorar festivamente o transcurso de seus 44 anos de emancipação política.

Histórico: Areia Branca foi o primeiro nome da localidade. Por estar localizada as margens da rodovia federal BR-116, ao longo do tempo o povoado foi recebendo forte fluxo migratório, pois as pessoas gostavam da região e acabavam ficando.

São pioneiras de Areia Branca as famílias de Eleutério Fernandes de Andrade, José de Sá Ribas e Henrique Germano. A essa saga povoadora, mais tarde se juntaram outros denodados pioneiros.

Em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, foi criado o Distrito Administrativo de Areia Branca. Em 1952, quando Contenda foi elevada à categoria de Município, com território desmembrado da Lapa, Areia Branca era sua principal Vila. Em 13 de junho de 1961, pela Lei Estadual nº 37, com território desmembrado de Contenda e Rio Negro. A instalação se deu a 23 de novembro do mesmo ano. O primeiro Prefeito foi Eleutério Ricardo de Andrade.

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Quitandinha por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população grandiosa de Quintandinha, na data magna da comemoração dos seus 44 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal, puderem e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Estas palavras são um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor dessa terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de Quitandinha, na significativa data de comemoração de seus 44 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Empresa EMBAFORT, pela iniciativa de preservar a natureza.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Sra. Cláudia Garcia, para que receba e

transmita a todos os servidores e colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Iniciativas como esta ficam e ficarão para nossos filhos e futuras gerações.

Com esse feito, torna-se um marco para que outros empreendedores, preservem, e se espelhem na nossa grande Empresa EMBAFORT.

Preocupar-se com a natureza e gerações futuras, mostra que construir não é com restrição e sim, com sabedoria. Porque não se preocupar com o hoje, é não ter o amanhã.

A empresa paranaense, especializada no desenvolvimento e produção de embalagens industriais de madeira, nasceu em Curitiba graças à preocupação com o meio ambiente, em 1988. Quarenta por cento da madeira utilizada em sua linha de produção é proveniente de reaproveitamento. Com isso, a indústria consegue salvar diariamente cerca de trezentas árvores com aproximadamente vinte anos de idade, que seriam cortadas para alimentar o sistema produtivo.

Com 125 funcionários, a indústria oferece 2,5 mil itens de embalagens para empresas estrangeiras, - 95% dos seus clientes - e recupera suas próprias embalagens em média vinte vezes, com isso, o cliente economiza e resolve o problema de destinação das embalagens já utilizadas e isso é o que reflete no meio ambiente.

Trata-se do maior orgulho para nosso Estado, para que as gerações futuras se espelhem em homens e mulheres como os da EMBAFORT, que com consciência estão pensando nas futuras gerações, como um marco para a preservação de nosso Planeta.

Para a população paranaense é muito gratificante mostrar o lado positivo de nosso Estado, é ainda mais satisfatório levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de preservar o meio ambiente.

É com orgulho que nós, paranaenses, vemos que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento, dando exemplo de como a área industrial pode contribuir para a modernização e ao progresso da produção.

Pelo exposto, por tantos outros destaques da mencionada empresa, a sua direção e todo o corpo de auxiliares, são merecedoras do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. Augusto dos Reis Pinto. A referida homenagem deve-se pelos relevan-

tes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Amélia Boletti Fudolli.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Paulo Sérgio Bartolomeu. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José da Silva Dutra.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor, pela inauguração do Museu ex-Governador Ney Braga, na Cidade da Lapa, no último dia 13 de junho de 2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Sra. Nice Braga, esposa do ex-Governador, ao Prefeito Municipal da Lapa, Sr. Miguel Lou-

renço Horming Batista, bem com a todos os Srs.Vereadores.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que prestarmos essa homenagem a um dos maiores nomes expressivos do Paraná.

Ney Braga foi e sempre será um marco na história do Paraná, não podemos falar sem passar pelo nome de Ney Braga.

Para a população paranaense é muito gratificante mostrar o lado positivo do nosso Estado, é ainda mais satisfatório levar ao conhecimento da opinião pública a história de nossos governantes. Com a inauguração desse Museu poderemos mostrar um pouco de nossa história.

O ex-Governador Ney Aminthas Barros de Braga, nasceu em 1917 e faleceu em 2000, começou a carreira política como Chefe de Polícia do Paraná, cargo equivalente ao de Secretário de Estado da Segurança Pública, em 1952. Em seqüência ininterrupta foi Prefeito de Curitiba (1954-1958), Deputado Federal (1958-1960), Governador do Estado (1960-1965) Ministro da Agricultura (1965-1966), Senador (1967-1978), Ministro da Educação e Cultura (1974-1978) e novamente Governador do Paraná (1979-1982). Também dirigiu a Itaipu Binacional.

Com este memorial, temos certeza da homenagem àquele que levou consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever. Foi chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros.

Sua memória, seus exemplos e suas lições hão de continuar sendo a bússola a nos guiar pelo bem-estar de nossa terra.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar, como homenagem que lhe devemos.

Ney Braga tinha e cultivava todas as virtudes republicanas: modéstia, austeridade, espírito público e, sobretudo, rigor com as coisas públicas.

Está de parabéns o Município da Lapa, e está de parabéns o Paraná, por grandiosa homenagem das mais justas.

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente PROPOR, votos de louvor à inauguração do Memorial Ney Braga, ocorrida no dia 12 de junho de 2005, na Cidade da Lapa, Estado do Paraná.

Esse Memorial traz à tona a notável trajetória política e a personalidade carismática de um dos maiores ícones da política do Brasil.

Detentor de uma carreira exemplar, Ney Aminthas de Barros Braga começou suas atividades públicas como Chefe de Polícia do Estado do Paraná, sendo que foi eleito Prefeito de Curitiba logo em seguida. Ademais, representou o Paraná no Congresso Nacional como Deputado Federal e no Senado Federal, como Senador, e junto à Presidência da República, como Ministro de Estado.

Eleito Governador do Paraná duas vezes, instalou biblioteca na periferia, levou energia elétrica aos bairros e, já preocupado com a conservação do meio ambiente, criou programas de preservação das áreas verdes, tendo sempre como premissa a correta e eficiente destinação dos recursos públicos.

Foi responsável por notável crescimento da economia paransense, visto que incentivou sempre a industrialização, fornecendo fontes de geração de energia, rede viária, sistema de abastecimento de água, rede de armazéns e assistência ao produtor rural.

Asfaltou a Rodovia do Café, criou a CODEPAR, IPE, CELEPAR, SANEPAR e FUNDEPAR. Criou, também, o BRDE em associação com os Governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tais criações foram de essencial importância para garantir o crescimento uniforme do Estado.

Importante mencionar sua atenção ao Meio Ambiente, área na qual efetivou medidas voltadas para o equilíbrio ecológico, através da elaboração da primeira legislação de incentivos fiscais para reflorestamento. Criou o Instituto Brasileiro da Defesa Florestal, o Pró-Rural, legalizou mais de 46 mil propriedades.

Enfim, impossível enumerar, nesta homenagem, todos os feitos deste magnífico gestor que fizeram do Paraná um dos Estados mais fortes e desenvolvidos do Brasil.

Diante desta narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar a Ilma. Sra. Nice Braga, na Rua Generoso Borges, 336, CEP: 80.400-100, Batel, Curitiba-PR, acerca do voto de apreço.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência em anexo.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

Duas palavras apagam 33 anos?

Agora, com devido equilíbrio e passados os momentos mais difíceis, quero agradecer o apoio recebido em comentários, atos e escritos por ocasião do afastamento do Ten. Cel. Manoel da Cruz Neto do

Comando do 5º Batalhão. Como esposa e mãe registro meu apreço a todos que compreenderam e respeitaram este profissional íntegro, responsável e leal, com extenso currículo de postura ética e correta nos 33 anos de serviços prestados. Isto não sou eu quem diz, mas os títulos e homenagens por ele recebidos ao longo deste tempo.

Com sua reserva (aposentadoria) já garantida há mais de dois anos, preferiu enfrentar o desafio de comandar o 5º BPM, sentindo-se na obrigação de dar à Polícia Militar e à comunidade londrinense e sua contribuição. Muitos questionaram sua escolha, pois pelo mesmo salário poderia optar por um batalhão mais “calmo” onde o crime mais grave é roubo de bicicletas. Dizia ele que era o momento de retribuir com seu trabalho e experiência todo o carinho à cidade que o acolhera anos atrás. Quantas vezes eu e meus filhos questionamos sua atitude... Hoje, vemos que trabalho só agrega valores à vida de um homem e de sua família, e mais, nos sentimos orgulhosos ao receber tantas manifestações de apoio de todo o Brasil. Sua destituição do cargo só fez demonstrar a covardia dos que deveriam defendê-lo e não o fizeram por medo do destempero de um jovem Secretário (sua idade aproxima-se do tempo de experiência profissional de meu marido) que quer resolver os problemas aos gritos e ameaças. O ocorrido não foi capaz de apagar a dedicação, empenho e humildade característica de sua personalidade, mas sim propiciar o reconhecimento de quem realmente sabe da realidade nesta cidade, mora nela e não está de passagem. Do cidadão mais humilde ao mais intelectualizado. Isto sim, tem valor, mais que títulos e cargos que vêm e passam.

Quanto ao Exmo. Governador, que num de seus rompantes disse que a segurança em Londrina “não precisa de nada, tem verba para tudo... e que o problema é de comando incompetente”, tenho certeza que naquele momento, no alto de seu poder, não sabia quem ele destituía do cargo, confirmando total ignorância dos fatos e procedimentos burocráticos de seu governo e do poder limitado dos comandantes do interior. Prova disto está nos computadores de suas secretárias em forma de ofícios, pedidos, solicitações e informações datadas sobre a real situação em Londrina. O poder se torna doentio quando acaba com o bom senso.

Aos dignos integrantes da Polícia Militar do Paraná, em especial aos ex-comandados do meu marido, minha especial gratidão por tantos anos de lealdade, amizade, carinho, e sobretudo compreensão. Nunca vi tamanha comoção numa tropa militar. Vocês são heróis não pela profissão que escolheram, mas pelas condições com que a exercem. Sem sistema de saúde decente, apoio psicológico e jurídico, escalas de serviço para suprir deficiência e ainda salários deficientes para quem arrisca suas vidas. Maus elementos tem em toda profissão, a consciência tranqüila não tem o que temer. Infelizmente a população não pode ouvir

suas vozes abafadas pelo código da ética e da disciplina. Nós famílias milicianas sabemos o quanto é difícil! Diante das ofensas, perdoe e tenha fé! As palavras passam, o trabalho fica!

À imprensa falada, escrita e televisionada, meus sinceros agradecimentos por respeitarem o silêncio deste profissional que não quis ser antiético no fim de sua carreira. Mal sabia ele que mesmo por caminhos tortuosos dá sua última contribuição à Polícia Militar, pois com a mobilização a seu favor fará com que muitos procedimentos sejam repensados e quiçá mudados, encontrando aí a verdadeira incompetência. Poder para isto, os altos escalões têm, mas hombridade para reconhecer que cometeram injustiças, jamais!

Seguimos com nossa família fortalecida na convicção de que o bem sempre prevalecerá sobre o mal e o reconhecimento popular, sincero e desinteressado é a melhor promoção que um pai de família pode almejar.

Obrigada!

Ass. Mercedes Maria da Silva Cruz (esposa do Ten. Cel. Manoel da Cruz Neto - Tel.: (43) 3339-1067).

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando providências para restabelecer o fornecimento de merenda escolar no Colégio Estadual Maria Cintra de Alcântara, no Município de Tamarana.

Vale ressaltar que os alunos estão há três meses sem fazer as refeições, em função da interrupção no fornecimento.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual da Defesa Civil, Major Anselmo José de Oliveira, solicitando a criação do “Bombeiro Comunitário” nos Municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Vereador Ilario Hofstaetter e ao Prefeito Municipal de Medianeira, Sr. Elias Carrer.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A criação do Bombeiro Comunitário nesses municípios faz-se necessária devido a fatos recentemente acontecidos, quando foi observada a necessidade em aumentar a equipe de pessoal para não acontecer tragé-

dias como estão ocorrendo pelo longo período de estiagem na região.

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Vereador Pedro Prestes Mendes, do Município de Jaguariaíva, comunicando as informações dadas através do seu Diretor-Presidente, Ney Caldas, do Armazém da CODAPAR, e pelo Dr. Newton Pohl Ribas, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sobre os imóveis a serem cedidos ao Sindicato Rural de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Saint-Clair Honorato Santos, Promotor de Justiça do Meio Ambiente, dando o apoio desta Casa de Leis para a denúncia feita pela Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, através do Ofício nº 3005/2005/001, de 30 de maio de 2005, e solicitando que sejam tomadas providências civis e criminais decorrentes do fato denunciado.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente à professora Vanessa Angely Tagliari, Coordenadora da Universidade Tuiuti do Paraná, agradecendo por ter aberto espaço para a Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, na pessoa do seu Presidente, Deputado José Domingos Scarpellini, no VI Ciclo de Palestras de Relações Internacionais, realizado em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes para instalação de uma unidade do IML, em Ivaiporã, que hoje depende da unidade existente no Município de Apucarana, que dista 150 quilômetros, o que vem, dificultando a vida da população quando precisa deste atendimento.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança, solicitando providências urgentes para instalação de uma unidade do IML, em Ivaiporã, que hoje depende da unidade existente no Município de Apucarana, que dista 150 quilômetros, o que vem, dificultando a vida da população quando precisa deste atendimento.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Tereza Sialkoski Dequeche, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, solicitando providências urgentes para que se diligencie junto à operadoras responsáveis a instalação de uma torre de telefonia celular no Município de Kaloré, onde já existem mais de 500 aparelhos celulares e não há sinal das operadoras.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal André Zacharow, solicitando o seu apoio na aprovação da Emenda ao Orçamento do Exercício de 2006, solicitada pela APAE de Apucarana, no valor de R\$ 190.951,56 (cento e noventa mil, novecentos e cinquenta e um real e cinquenta e seis centavos), para a conclusão da nova sede da entidade, que desde o início da obra, não conta com nenhum convênio e necessita com urgência de ser concluída para prestar um atendimento eficaz e digno às pessoas com necessidades especiais.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Magnífico Reitor Luiz Guilherme Rangel, da Universidade Tuiuti do

Paraná, cumprimentando pela iniciativa da VI Ciclo de Palestras de Relações Internacionais, realizado, com raro brilhantismo, entre 08 e 10 do mês corrente, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Lúcia Ruas Xavier da Silva, residente à Rua Braga nº 141 - Parque Residencial Santa Teresinha - Município de Colombo, que pede a execução de esgoto (rede), o que nunca ocorreu nessa rua. O esgoto da residência vizinha sai em sua residência, o que tem lhe causado muitos transtornos, bem como está prejudicando a saúde dos moradores, principalmente das crianças.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3666-5958.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Nilcete dos Santos, residente à Travessa Milton Derviche, nº 294 - Bairro Santa Rita - Tatuquara, que pede providências quanto ao refluxo de esgoto que está ocorrendo em sua residência. Ela afirma que por diversas vezes já entrou e contato com essa SANEPAR fazendo tal pedido, porém não atendido até a presente data.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Janete Aparecida Leal, residente à Rua Major Carlos Francisco Berleze, nº 365 - Bairro Pinheiro, que pede a execução de limpeza na rede de esgoto dessa rua. Ocorre que está havendo refluxo do esgoto em sua residência, o que tem lhe causado muitos transtornos.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3268-4082.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Barão de Santo Ângelo - Bairro Xaxim, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa rua, na Vila São Pedro e proximidades.

Ocorre que os ladrões estão dando veneno aos cães que protegem as residências, para que possam executar seus roubos. Os moradores estão apavorados e pedem urgência no atendimento do presente.

A presença dos policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança à comunidade

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua José Veríssimo - Conjunto D-R - Bairro Tarumã, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa região.

Há muitos vândalos pelas ruas, sendo que os moradores se sentem totalmente inseguros.

A presença dos policiais certamente inibirá a ação dos mesmos e proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Pinheiros - Santa Felicidade, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa região.

Há muitas brigas no local e as pessoas sentem-se totalmente inseguras, devido ao perigo que enfrentam diariamente. Afirmando eles que é impossível para os pedestres andarem pelas ruas face o perigo a que estão propensos.

A presença dos policiais certamente inibirá os desocupados que assaltam e brigam pelas ruas e proporcionará maior segurança à comunidade

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Flávio Ferreira da Luz - Bairro Novo B, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nas proximidades desse estabelecimento de ensino. Há gangues de assaltantes que estão invadindo essa região e os pais ficam muito apreensivos devido à vida de seus filhos estarem em risco constantemente. O colégio situa-se a duas quadras da 5ª Companhia de Polícia e mesmo assim as pessoas sentem-se totalmente desprovidas de segurança.

A presença dos policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador Dr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, relativamente à aplicação dos recursos orçamentários segundo percentual definido pela Emenda Constitucional nº 29, para a saúde pública, o que segue:

01 - Qual o montante dos recursos investidos em saúde em 2004? Desse total, qual o valor dos recursos próprios do Estado e qual o valor correspondente às transferências da União?

02 - Como foram distribuídos os recursos nesta área? Ou seja, o que foi considerado como investimento em saúde? Especificar um a um e respectivos valores;

03 - Quanto o Estado deixou de investir, segundo critérios definidos pelo Governo Federal?

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(aa) BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador Dr. Roberto Requião e ao Secretário de

Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, relativamente à aplicação dos recursos orçamentários segundo percentual definido pela emenda Constitucional nº 29, para a saúde pública, o que segue:

01 - Qual o montante dos recursos investidos em saúde em 2004? Desse total, qual o valor dos recursos próprios do Estado e qual o valor correspondente às transferências da União?

02 - Como foram distribuídos os recursos nesta área? Ou seja, o que foi considerado como investimento em saúde? Especificar um a um e respectivos valores;

03 - Quanto o Estado deixou de investir, segundo critérios definidos pelo Governo Federal?

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(aa) BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Airton Pisseti, na condição de titular da Pasta responsável por todas a comunicação social do Estado do Paraná, em face das informações que lhe foram solicitadas em requerimento aprovado por esta Casa, que complemente a resposta prestada buscando as informações nas respectivas fontes, órgão por órgão da administração direta e ente por ente, da administração direta.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(aa) BARBOSA NETO
VALDIR ROSSONI
DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, REQUER, na forma regimental e no exercício de suas prerrogativas parlamentares, que o Secretário de Estado Airton Pisseti seja convidado a comparecer à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 15 de junho de 2005 (quarta-feira), para prestar informações sobre a Secretaria de Comunicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O presente convite tem por finalidade esclarecer os Deputados sobre as declarações prestadas pelo Governo do Estado do Paraná em entrevista a uma rádio de Ponta Grossa, cujo conteúdo repercutiu também por outros órgãos de imprensa deste Estado e envolve a pessoa do Secretário de Comunicação do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento do Sr. Alexandre Weinhardt da Silveira, na ampliação da Escola Gasparina Simas Milleo, bem como na implantação de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental da Escola Ernestina Weinhardt em Antonio Olinto.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Alexandre Weinhardt, ao Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal, à Sra. Professora Adriane Milleo, Secretária de Educação Municipal e a todos os Vereadores.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sábias as palavras proferidas pelo nosso querido Sr. Alexandre Weinhardt, no último dia 12 de junho corrente, bem como na implantação da 5ª a 8ª séries da Escola Professora Ernestina Weinhardt da Silveira, no Município de Antonio Olinto.

A ampliação de uma casa de ensino no Município de Antonio Olinto é como instalar um templo naquela cidade. Sim, uma escola é um templo dedicado ao saber e à ciência. São assim as instituições de ensino, propulsores do progresso e da civilização. Os povos mais adiantados aí estão para o provar.

Tal grandeza reveste, pois a abertura de mais uma casa de estudos, não há palavras que enalteçam tão grande empreendimento. Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da inauguração de mais um templo de ensino. Na ocasião o Sr. Alexandre Weinhardt, soube muito bem em palavras simples para todos entenderem, como é de seu estilo, expressar o que uma casa de ensino representa para todos. Foram palavras que emocionaram, inclusive este Deputado.

Então para que não se percam no tempo as palavras tão sábias, pedimos para que sejam transcritos nos anais desta Casa de Leis, para que futuras gerações, se espelhem, porque palavras com o tempo se apagam, mas as sábias, jamais!

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 372/2005

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, com sede no Município de Rio Bonito do Iguaçu, e foro no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade precípua a promoção e o desenvolvimento da comunidade em ações e obras, promovendo atividades assistenciais, culturais e na busca de minimizar os problemas da comunidade.

Diante do exposto, solicito o apoio do nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, do Município de Rio Bonito do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 373/2005

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que o Seminário Rogacionista João Paulo II preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 374/2005

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Cultural Aprisco - ARCA, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação Recreativa e Cultural Aprisco - ARCA, é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade precípua a promoção e estímulo de atividades sociais, culturais, esportivas e recreativas entre membros associados e seus familiares e a facilitação de aquisição de serviços e produtos por parte de seus membros junto à sociedade comercial.

Diante do exposto, solicito o apoio do nobres pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Associação Recreativa e Cultural Aprisco - ARCA do Município de Sarandi.

PROJETO DE LEI Nº 375/2005

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o programa de produção do biodiesel paranaense, que será executado mediante o esforço conjunto do Poder Executivo estadual e da iniciativa privada, visando à produção de óleo combustível mediante o aproveitamento de matéria-prima derivada de resíduos vegetais.

Art. 2º É facultado ao Estado do Paraná a execução indireta do programa de produção do biodiesel, delegando-a a particulares, mediante concessão ou permissão.

Art. 3º Na celebração dos instrumentos de formalização da execução indireta o Estado do Paraná priorizará o aproveitamento de matéria-prima produzida no território do Estado bem como o potencial de geração de empregos e de recolhimento fiscal.

Art. 4º O acompanhamento do programa de produção do biodiesel poderá ser acompanhado por instituições de ensino superior com as quais o Estado mantenha acordo de cooperação ou venha a celebrá-lo, sendo vedada contudo a transferência de tecnologia.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

Ainda no que atine à competência legislativa, insta consignar que esta Casa de Leis tributa tradicional atenção a todas as iniciativas destinadas à preservação da higidez ambiental do Estado.

A produção de combustível a partir do bagaço e palha da cana de açúcar, por nós chamado de “diesel doce”, já desenvolvida no interior do Estado, pode mudar o perfil energético do Brasil e do mundo.

Dedicam-se à exploração desta atividade empresas genuinamente nacionais, titulares de tecnologias totalmente brasileiras, criadas e desenvolvidas de forma autônoma.

Fazer combustível de bagaço e palha de cana, significa aproveitar integralmente a energia do setor sucroalcooleiro. Hoje, 75% do potencial energético é desperdiçado. Só se aproveita 25% com a produção de açúcar e álcool.

No processo de produção do biodiesel, os resíduos da fermentação alcoólica da COOPCANA (CO₂), antes de despejados na atmosfera, têm o potencial de gerar o único bicarbonato verde do mundo, além de centenas de empregos para os paranaenses.

É evidente que a substituição de CO₂ de fonte fóssil por CO₂ que seria descartado na atmosfera dá grande visibilidade ecológica nacional e internacional ao Paraná.

É assim imperioso envidar esforços para instalar no Paraná a pioneira Fábrica de Diesel Doce - a primeira do Brasil e do Mundo.

Vai-se desenvolver a gaseificação do bagaço e da palha de cana-de-açúcar, em escala comercial para gerar um gás de síntese, que passará por uma transformação química e virará o singular biodiesel doce.

Ao se considerar que seis quilos da bagaço e palha de cana geram um quilo de diesel doce, ou 1,25 litros de combustível, tem-se que o norte e noroeste do Paraná, com cerca de trinta usinas poderá gerar, através do bagaço e palha de cana-de-açúcar (hoje queimados, ou depositados sobre a terra) o expressivo volume de dois bilhões e duzentos milhões de litros, por ano, de biodiesel doce.

E ainda, quatrocentos empregos por usina, criando uma cadeia produtiva regional de 12.400 empregos.

Tal produto, o biodiesel doce, impactará de forma altamente positiva na matriz energética do Estado, tornando-o exportador de energia.

A produção do biodiesel doce coloca o Estado na vanguarda mundial do Protocolo de Kyoto, sendo o primeiro projeto economicamente viável e sustentável a ser implementado no mundo.

Ademais, o produto biodiesel doce enquadra-se perfeitamente nas portarias da ANP, pois é altamente semelhante ao diesel que provém do petróleo, porém

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

mais puro. Tal fato implica em uma melhora significativa do bem-estar da população dos grandes centros urbanos.

Mais créditos de carbono, nos termos do Protocolo de Kyoto, 5.500.000 toneladas de créditos de carbono, só no Paraná, sem falar no alívio das importações de óleo diesel fóssil e poluidor, pois as usinas do Paraná passarão a ser auto-suficientes.

O biodiesel doce custará menos que os biodiesel de comestíveis, o álcool e a gasolina, com custo final estimado em US\$ 0,25 por litro, ou RS 0,70/litro.

Deste modo, seu uso fica qualificado para ônibus e carros urbanos, pois é combustível ambientalmente correto, sem geração de nenhuma poluição quando de sua queima, pois não liberará nem óxidos de nitrogênio, nem dióxido de enxofre, nem partículas de carbono e fuligens.

Esta idéia brasileira, precisa de incentivo e parceria brasileira, derivado da antevisão de um estadista brasileiro, com olhar estratégico sobre o futuro do Paraná, da Nação e do mundo.

Trata-se de excelente oportunidade de negócio para a COPEL, Companhia Paranaense de Energia, no setor público e de seus acionistas privados, pois o mercado de combustíveis renováveis e ambientalmente corretos é um mercado de futuro. A Europa, como se sabe, é obrigada, até 2010, a consumir 20% de combustíveis renováveis pela sua legislação ambiental.

No mais, há o elevado aspecto de progresso social no meio dos produtores e cortadores de cana. A produção passa a ser anualizada. Acabam os meses de entressafra, onde existe desemprego e fome junto às usinas fechadas nos meses de verão, quando as Prefeituras locais são obrigadas a distribuir super-sopa e cestas básicas. Haverá empregos o ano inteiro e será agregado valor a um produto que hoje é lixo ou mero adubo orgânico.

“O que se faz, não existe”. É preciso fazermos o futuro.

O exemplo não tardará a ser transferido para todo o nosso Brasil, que conta com 418 usinas de açúcar e álcool, gerando bilhões de litros de diesel doce, criando um novo horizonte energético - capaz de aliar o nome do Paraná a idéia de uma BIOBRAS, sucessora das lendárias lutas de Monteiro Lobato e Getúlio Vargas quando da criação da PETROBRAS.

PROJETO DE LEI Nº 376/2005
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no Município de Laranjal/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal/PR.

A entidade tem por objetivos e finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência buscando assegurar-lhe o pleno exercício da cidadania.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 377/2005
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Não Violência Brasil (APNVB) do Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 13.06.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Associação Projeto Não Violência Brasil (APNVB) do Município de Curitiba, entidade com fins filantrópicos, fundada em 02/1999, sediada na Av. João Gualberto nº 1673 - Cj. 104 - Curitiba - Paraná, tem por objetivo social, por meio da educação e fomento à cultura, a prevenção à violência cotidiana nas relações interpessoais, direcionando a energia inerente ao ser humano para fins construtivos e que garantam o respeito entre os indivíduos.

A APNVB não tem vínculos, compromissos ou restrições, nem profere manifestações de ordem religiosa ou político - partidária, bem como observa os princípios da legalidade, interessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não fazendo qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Tendo em vista as realizações em prol da não-violência na Cidade de Curitiba, acho ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv.

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, demais participantes desta nossa Sessão do dia de hoje.

O motivo que me traz à tribuna é relatar uma audiência pública que tivemos na quarta-feira retrasada no Município de São Mateus, na parte da manhã, às nove horas. Pudemos contar com a presença de várias autoridades: Prefeito Municipal, Vereadores, Ministério Público - Dr. Saint Clair, que é do setor do Meio Ambiente, Ministério Público local do Município, representantes da Câmara de Vereadores, representantes da CPT - Comissão Pastoral da Terra, da ONG Terra de Direitos e representantes dos agricultores de São Mateus.

O objetivo dessa audiência pública era debatermos a desapropriação, por parte da PETROBRAS, em torno de cem famílias no Município, para a exploração do xisto. Desapropriação esta que já é a terceira ocorrida ao longo da existência da PETROBRAS.

Preocupa-nos, e aí a razão de organizarmos essa audiência.

Gostaria de citar que também fez parte conosco o Deputado Stica, que tem um bom vínculo e um bom trâmite junto à PETROBRAS.

Colocamos na mesa de debates a problemática da desapropriação. Acompanhei a última, não era ainda Deputado estadual, mas como Prefeito que fui do Município de União da Vitória, acompanhei a problemática e depois como Deputado, acompanhei alguns agricultores que na época, há três anos atrás, pegaram quatro mil reais em um alqueire de terra. Terras planas próprias para mecanização. Uma das melhores terras da região sul do Paraná é no Município de São Mateus, aonde esses agricultores pegaram de três a quatro mil o alqueire de terra.

Hoje, uma boa parte dos agricultores de primeira desapropriação da PETROBRAS está na cidade, uns fazendo “bicos”, trabalhando de jardineiros; sabemos da dificuldade que é tirar um agricultor da roça e colocar na cidade.

Agora desenha-se também uma situação complicada, porque segundo as últimas informações que tivemos, está se falando em torno de quinze mil o alqueire, sendo que terras dessa qualidade hoje no mercado não se encontra por menos de trinta, quarenta ou cinqüenta mil reais.

Além de outras questões, como não é tão simples você dar uma carta de crédito para um agricultor e dizer: “vá à luta, vá comprar uma terra se quiser”. Porque ocorre que terra você não compra como se compra um pacote de café, em qualquer boteco de esquina. É muito mais complexo, a questão ambiental, aonde muitos agricultores da desapropriação passada tiveram dificuldades para fazer a limpeza dessa área que compraram porque ou era área de preservação ou era área de reserva legal,

enfim. Acompanhei vários casos até o fim e sei do transtorno que foi para esses agricultores.

Por isso estamos em uma luta que vai até o fim, que queremos estar abraçados, juntos com esses agricultores, para que a PETROBRAS continue o progresso - é importante a Empresa do Xisto, mas o faça como fez a COPEL em Cascavel, na Usina de Caxias, aonde foi feito um reassentamento. A COPEL comprou uma área de terra, construiu as casas, mudou a escola, a igreja e as pessoas apenas se mudaram de um lugar para o outro, não com uma carta de crédito e o agricultor tem que se bater para achar um pedacinho de terra. Isso é uma lástima e uma tragédia para uma comunidade, que vive organizada, que tem um vínculo de parentesco entre todos ali, que ajuda no período em que há o apuro da safra em processo de maturação, enfim, um vínculo muito forte.

Estamos juntos nesta luta para organizarmos os agricultores. Já foram com uma excursão para ver o exemplo da COPEL, em Cascavel. Estaremos firmes nesta luta, defendendo uma causa muito nobre.

Seria isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada a Sra. Marinês Batista Pires, de 36 anos, depois de esperar por sete horas por uma vaga na Unidade de Terapia Intensiva no Hospital da Zona Norte de Londrina, foi mais uma vítima do caótico sistema de saúde, que infelizmente está implantado no Estado do Paraná.

Sras. e Srs. Deputados, não se trata de eleger culpados e debitar esta morte a quem quer que seja, mas é uma constatação que merece ser feita, principalmente quando vemos pela propaganda oficial, que no Paraná não existem problemas e que aqui está tudo às mil maravilhas até na área da saúde. Não é bem essa realidade que no dia-a-dia as pessoas que não têm plano de saúde são obrigadas a enfrentar. Além das filas, do descaso, da marcação de consultas com especialistas, para seis meses, um ano, um ano e meio, temos que registrar, lamentavelmente nesta tribuna, a morte de mais uma pessoa por falta de UTI. Isso aconteceu nesse mesmo hospital, há cerca de três meses, quando também subimos à tribuna para denunciar. Na época havia a promessa de que casos como esse não voltariam a se repetir.

Quatro idosos morreram também no Hospital da Zona Norte, por falta de leitos. Agora foi a vez da Sra. Marinês Batista Pires, mãe de três filhos, de sete, dez e doze anos, que a poucos instantes antes de morrer ainda conversava com o seu marido, o garçom José Jesus Conceição.

O que ele disse quando foi comunicado dessa fatalidade: “como a vida da gente muda de uma hora para a outra. Porque nós não temos plano de saúde, não conseguimos atendimento. Quando mais precisamos, principalmente nos hospitais públicos. Não sei o que vai ser da minha vida agora. Não sei como vou dar esta notícia para os meus filhos”. Existe caso mais angustiante, um grito lancinante, às frases proferidas aqui por esse garçom que perdeu a sua esposa aos 36 anos de idade e que deixa a ele o legado de filhos de sete, dez e doze anos.

Nesse mesmo hospital da Zona Norte, há seis meses o Governador anunciou a assinatura de um convênio para que fosse liberada a construção de novas unidades. E o que se faz, neste momento, é o registro da morte da Sra. Marinês Batista Pires. O dinheiro liberado à época, setenta mil reais, era mais caro do que gastou a comitiva do Governador, que foi até Londrina para anunciar essa pequena reforma, que não saiu do papel, diga-se de passagem.

E quando vemos nos jornais - e isso foi dito aqui durante audiência pública - que o Governo não vem cumprindo a responsabilidade de se investir de acordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal na área de saúde e que só foi gasto até agora 7%, incluindo os gastos com saneamento. Temos que constatar realmente que outras Marinês e outras vítimas também serão feitas se não houver uma mudança em relação a tudo isso.

Londrina, que é centro de referência na área de atendimento à saúde, Sr. Presidente, não pode continuar perdendo vidas por falta de vagas nas UTI's dos hospitais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na semana passada fiz um pronunciamento, colocando o Governador Roberto Requião como sendo o nosso Inri Cristo da política. E realmente o Governador parece que sente-se o deus todo-poderoso aqui na terra. Está acima de qualquer suspeita e de qualquer investigação! Quem não presta para o Governador são seus adversários políticos, seus desafetos e quem o denuncia.

Fiz alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Governador, o nosso Inri Cristo, e ele não me esclareceu e não esclareceu ao povo de Paranaguá sobre a varredura do Porto de Paranaguá. O povo do Paraná quer saber onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado com a venda da varredura, porque a sua própria irmã, a Lúcia Requião de Mello Arruda, foi quem denunciou o Eduardo

Requião de Mello e Silva de não passar o dinheiro para o PROVOPAR.

Mas, como se não bastasse a nossa cobrança, o Governador vem e manda para a Assembléia um pedido de CPI contra a minha pessoa, dizendo, entre outras coisas, que queria que as coisas ficassem claras e transparentes com relação a este Deputado. Quer dizer, peço uma explicação e ele me denuncia. E agora vemos que a denúncia recai sobre um outro Deputado, o Deputado Edson Praczyk, que aqui se encontra, foi denunciado pelo Governador que queria 45 mil reais para a sua rádio. Mas, o Governador fez a denúncia, dizendo que com ele não aceita esse jogo de chantagem. O Deputado veio e contestou as denúncias do Governador, dizendo que esse fato não existiu e que não é concebível que uma pessoa faça isso com outra.

Meus senhores: vamos ao Tribunal de Contas saber quantas rádios estão na fila do Secretário da Comunicação, do Pisseti, e da agência que ganhou a concorrência para sabermos se não temos, aqui no Paraná, um segundo mensalão feito através das rádios.

E agora vem o Governador que está em plena campanha pela reeleição e lá em Araucária ele acusa o candidato ou pré-candidato, Osmar Dias, de ser um dos maiores compradores de terra em Tocantins. Quero dizer, senhores, que conheço a vida do Osmar, do Álvaro, nossos Senadores da República, companheiros que ajudaram a eleger o Requião em 90 e agora vem o Governador e faz esta acusação!

Mas Roberto Requião de Mello e Silva, Sr. Governador, nosso Inri Cristo, será até melhor comprar terra em Tocantins do que ter a esposa, Maristela Requião, mandando dinheiro, dólares para a França! Sr. Governador Roberto Requião, faça a sua campanha em alto nível...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. Deputado, peço a V. Exa. para concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Num minuto, Sr. Presidente.

Voltarei com o assunto em outras oportunidades, mas agora gostaria de pedir ao Sr. Governador que faça a sua campanha em cima das suas propostas e do seu Governo, que até agora não disse a que veio; é o pedágio, é o Porto de Paranaguá, é o PROVOPAR, tem problema em todo setor!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso mais uma vez o horário do Pequeno Expediente para, aqui da tribuna, fazer uma solicitação muito especial ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, para que ele entre em contato - eu sei que ele já deve ter feito esse trabalho mas não é possível continuar existindo intranquilidade ali na Fazenda Boito, no Município de Matelândia, que foi invadida em agosto do ano passado.

O proprietário conseguiu a reintegração de posse e desde então o Sr. Nilton e a Dona Lourdes aguardam que o Governo do Estado cumpra a decisão da Justiça.

Ora, Srs. Deputados, cabe ao Governo do Estado e ao Secretário da Segurança Pública fazer esta reintegração de posse! Eu não conheço pessoalmente o casal; conheço por telefone, e ainda hoje, Deputado Dobrandino, o Sr. Nilton ligou-me dizendo que ele tinha que vender a sua propriedade, sua casa na cidade, para pagar as contas! Disse que não consegue mais ir na sua propriedade, na sua fazenda onde tem gado e onde ele plantava, porque o MST não permite a sua entrada! Para evitarmos criar uma Comissão, evitarmos ir até Matelândia visitar esta Fazenda, poderia muito bem o Líder do Governo ir à Secretaria da Segurança Pública fazer esta solicitação toda especial ao Secretário Delazari, para que ele cumpra essa determinação da Justiça, porque não é possível uma área produtiva, uma fazenda que tem gado, fazenda que dá a sustentação para essa família e que eles não possam nem visitar sua propriedade! É um pedido que fazemos de todo coração ao nosso Líder do Governo para que vá!

Agora, se o Governo e o Secretário da Segurança Pública não tomarem nenhuma medida, cabe, sim, à Assembleia Legislativa, formar uma Comissão e visitar essa fazenda Boito em Matelândia, para ver se é verídico o que o proprietário está nos relatando.

Se isso é verdadeiro, não é possível que o Governo do Estado não cumpra essa decisão da Justiça e faça a reintegração de posse. Já falamos inúmeras vezes, porque se faz, parece que uma confusão, entre direito à propriedade e direito de propriedade.

Ora, direito de propriedade é a coisa mais sagrada que a pessoa tem e é constitucional também, como o direito à propriedade. No caso de uma área rural, desde que a pessoa tenha vocação e desde que seja selecionado para receber um pedaço de terra, trabalhe na terra, mas respeite o direito da propriedade!

O Paraná, já falamos aqui, não tem mais estoque de terras para desapropriação. Não são palavras deste Deputado; são do Superintendente do INCRA do Estado do Paraná, que disse na CPI da Reforma Agrária; das 170 propriedades vistoriadas no ano de 2003, apenas quatro foram encaminhadas para desapropriação. E o que é que estamos assistindo hoje? Os sem-terra invadindo propriedades produtivas! Isso não é possível! Não é admissível! E o que é que o proprietário vai fazer? Se ele tem a reintegração de posse, Deputado Ailton, o que é que ele vai fazer? Ele tem que entrar na Justiça, pedir indenização ao

Governo! Quem vai pagar o prejuízo? E os lucros que esses proprietários rurais...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor irá usar o Horário da Liderança do seu Partido?

O SR. ELIO RUSCH

Não. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conclua então, por gentileza.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, com toda certeza iremos voltar com este assunto, aqui, e tenho certeza que o Líder do Governo, como sempre foi muito prestativo, em relação a esta questão, não vai se furtar e deixar de falar com o Secretário da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que aconteceu, ou o que vem acontecendo nas últimas semanas em Brasília, além, obviamente, de preocupar a todos e temos feito já aqui uma série de debates, teve para nós uma nota que é muito semelhante àquilo que nós ouvimos, Sr. Presidente, recentemente, nos jornais com relação a Brasília.

Obviamente que estou me referindo às declarações feitas pelo Governador Roberto Requião num programa de rádio na parte da manhã da sexta-feira, quando o Governador Roberto Requião afirmou que um Deputado desta Casa foi até o Palácio solicitar um valor determinado para ficar votando junto com o Governo. Esse Deputado é o Pastor Edson Praczyk. Na sexta-feira, quando tomei conhecimento da matéria que estava na Gazeta do Paraná, imediatamente liguei para o Presidente da Casa, liguei para o Deputado André Vargas que é o Presidente do nosso Partido, para o Deputado Praczyk e para o Deputado Natálio Stica. Por que isso?

Porque entendo, Srs. Deputados, que estamos indo num caminho extremamente perigoso para todas as instituições.

Eu não sei se tal fato ocorreu ou não. Certamente o Deputado Praczyk, usará esta tribuna e dará a sua versão, mas eu gostaria de adiantar que faria aqui um convite. Obviamente o ideal é que a maioria dos Deputados assinassem. Um convite ao Secretário Pisseti para que pudesse ele vir a esta Casa e também fazer os seus esclarecimentos, dar a sua versão, dizer aquilo que ele entende que aconteceu e o que não aconteceu.

De qualquer forma, nós não podemos ficar a cada passo sendo surpreendidos por matérias, por denúncias, por declarações que vêm e que nós não sabemos exatamente a quem e a quantos atinge.

Se de fato tal ocorreu, quando e como ocorreu, parece-me que esta Casa saberá, a seu tempo, fazer, se assim entender, as apurações devidas. O que não dá, Deputado Cartário, é que saíamos à rua e começamos todos - porque fazemos política - sermos colocados num mesmo patamar: em nível federal, em nível estadual e em nível municipal. O que não dá é vermos nos jornais que, de repente, a cunhada de não sei quem trabalhava aqui e não se sabia, que a irmã de outro Deputado trabalhou aqui e não sabia e no Jornal Nacional ou no Jornal do Meio-Dia nós ouvimos uma gravação de uma pessoa fazendo um suposto acordo com um funcionário que não trabalhava nesta Casa!

Isso, não é problema de um Deputado! Isso, não é problema do Presidente da Assembléia! Isso, não é problema dos funcionários da Assembléia! Isso é um problema que diz respeito a todos aqueles que acreditam na política como forma de fazer intermediação social, porque a partir do momento em que esta via estiver desacreditada, pouco ou nada sobrará. Não existem aquele que, talvez - e acredito que ninguém pensa assim - num terremoto, num furacão, num redemoinho como esse que se apresenta, pensem que irão ficar incólumes! Não dá para nós ouvirmos - eu acho que a afirmação do Governador Roberto Requião, na rádio na parte da manhã é muito grave! Obviamente ele deve ter como comprovar a afirmação que fez porque é Governador do Estado.

E, quando nós falamos que um Deputado, nós podemos até falar um...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. o Horário da Liderança, por dez minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

Nós passamos à opinião pública a senha de que outros - e não era essa a intenção - podem vir a estar envolvidos.

Eu queria fazer duas propostas; parece-me que poderemos fazer, Deputada Elza Correia, com um debate maduro, fraterno mas necessário, aqui dentro da Assembléia Legislativa.

Além deste convite, não uma convocação, ao Secretário de Comunicação Social porque ele é uma das partes que está citada nessa declaração.

Hoje o Deputado Natálio Stica justificou a sua ausência, porque já havia dito nesta Casa que estaria no Rio de Janeiro em uma reunião com a PETROBRAS, assim também o Presidente do PT, André Vargas, que

continua com problemas de saúde e justificou ao Presidente. Parece-me que algumas medidas nós poderíamos começar a tomar. Uma delas e eu conversei com o Presidente...

O Sr. Luiz Carlos Martins (Sem Partido)

Eu pediria um aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Na sequência.

Conversei com o Presidente no início dos trabalhos legislativos.

Há dois exemplos dados no Rio Grande do Sul que me parecem ser interessantes.

O primeiro deles, obviamente que já é de algum tempo, é a lei que proíbe, ou uma mudança na Constituição Estadual, que proíbe o nepotismo.

O segundo deles, foi aprovado nesta semana, é uma decisão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de colocar todas as suas contas, absolutamente todas, todos os gastos, de todos os Deputados, na internet, e também faz isso através de meio impresso. Eu digo isso, porque não acredito que nós possamos pré-julgar absolutamente ninguém! Não é esse o mecanismo, não é essa a nossa lógica e não é isso o que nós queremos! Nós, que trabalhamos sempre com o benefício da dúvida, que trabalhamos sempre com conceito que as pessoas são corretas até provar em contrário, não podemos pré-julgar!

Nós temos que dar respostas eficientes, efetivas e eficazes e a primeira delas me parece que é a transparência absoluta para que ninguém, absolutamente ninguém possa ter qualquer dúvida sobre o comportamento daqueles que foram eleitos para representar a população do Estado do Paraná.

Concedo aparte para o Deputado.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Sem Partido)

Deputado Tadeu Veneri, concordo com a sua proposição de convidar o Secretário Pisseti, da Comunicação. É um convite, mas eu faço uma sugestão: vamos estender o convite ao ex-Secretário de Indústria e Comércio, Luiz Mussi. Uma oportunidade excelente para que o povo do Paraná saiba o que realmente aconteceu lá atrás.

Isso será da maior importância para o povo do Paraná.

Obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Veja, Deputado Luiz Carlos Martins. Eu entendo que, quando nós aqui, nesta tribuna, estamos propondo que seja feito um convite ao Secretário Pisseti, é porque uma situação específica; nada impede que outros Deputados, se assim entenderem, estendam esse convite a outros Secretários, mas eu, pessoalmente, gostaria muito - se houver concordância do Líder do Governo - que nós pudessemos fazer esse convite.

O convite tem uma característica muito mais civilizada do que uma convocação, porque pressupõe a boa vontade de todos, como o senhor mesmo colocou. Fazemos o convite, e se na sequência outros Deputados entenderem que outras pessoas devam vir, podem fazer esse convite. Não me oponho, absolutamente, mas pessoalmente, gostaria muito de ter essa situação resolvida com todos os envolvidos.

Falei isso ao Deputado Natálio Stica, porque acho que ele, quando Líder do Governo, e é do meu Partido, é da minha Bancada, e eu não poderia vir aqui e defendê-lo, porque ele não precisa de defesa, mas colocar aquilo que ele, na sexta-feira, me respondeu, que está à disposição para nós fazermos todos os debates e é isso o que nós queremos fazer. O que não podemos é deixar qualquer tipo de dúvida.

Hoje, na parte de manhã, tivemos uma reunião com vários Deputados estaduais e federais do PT, senadores, e uma das coisas que me parece mais tranqüila, é que nós teremos todos, inclusive porque há uma CPI nacional, que buscar a transparência, porque é ela que vai garantir que todos nós possamos sair às ruas, sem ouvirmos qualquer tipo de frase que possamos não gostar. É essa transparência que vai garantir a nós que qualquer tipo de acusação deva ser provada, porque senão, nós vamos, não nós Deputados daqui, que pode nenhum de nós voltar daqui a um ano e meio e a Assembléia continua, mas, se ao contrário entrarmos num processo onde as dúvidas sobre a instituição forem maiores do que o benefício da dúvida, poderemos voltar, todos, mas esta não será mais uma Casa que terá o respeito da população e nós queremos que ele o tenha e que muitos possam estar aqui, até para poder fazer aquilo que melhor sabem, que é política.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Pastos Edson Praczyk.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do Deputado Federal, Abelardo Lupion, grande Líder no Congresso Nacional, Presidente do PFL do Estado do Paraná, está visitando a Assembléia Legislativa hoje e tem sido uma voz muito forte em defesa dos interesses dos agricultores e de toda a sociedade do Paraná, no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas ao Deputado Abelardo Lupion, grande defensor do agronegócio no Brasil.

Pastor Edson.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PL)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, um tanto que indignado, uma vez que no pronunciamento que todos os senhores já tomaram conhecimento, o Governador Roberto Requião fez uma menção elogiosa a toda a Assembléia Legislativa. Parabéns por isso mas fazendo um destaque especial a este Deputado que vos fala, alegando que o único Parlamentar que tentou cobrar “mensalão” é o Deputado Pastor Praczyk.

Quando eu tomei conhecimento deste fato, eu estava de viagem para São Paulo e confesso que não tinha acreditado que fosse verdadeiro. A princípio até pensei que fosse brincadeira. Não, só pode ser brincadeira. “De fato, o Governador teceu um comentário muito pesado, muito negativo, muito pejorativo à sua pessoa”. Eu fiz o levantamento e descobri que procedia a declaração do Governador em público, alegando que eu tentei, junto à Secretaria de Comunicação, cobrar 45 mil reais para votar incondicionalmente com o Governo.

Tenho sido, desde então, questionado pela imprensa escrita, televisionada, falada, e eu vou fazer, da pergunta de um jornalista, se não me falha a memória, de “O Estado de São Paulo” que está aqui presente, o ponto inicial para a minha explanação. Ele perguntou: “Deputado, o que é verdade e o que é mentira em tudo isso?” Bom, o que é verdade?

A verdade é que de fato eu estive duas vezes na Secretaria de Comunicação, com o Secretário Airton Pisseti e a mentira é que eu tenha cobrado, exigido, pedido, solicitado, seja lá o sinônimo que for, para votar com o Governo. Quem acompanha a política sabe que o PL rompeu com o Governo já faz seis meses, aproximadamente, e nós preferimos manter a nossa independência, votando naquilo que achamos que convém votar.

O que não foi dito e creio que propositalmente, não foi dito isso, é que em momento algum, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estive na Secretaria de Comunicação sozinho, até porque já tinham me precavido disso, dizendo para nunca, em tempo algum, ir encontros, convites, solicitações, sozinho. Até confesso que por muito tempo relutei, dizendo que era desnecessário essa neurose, essa preocupação. Fui.

Fui acompanhado pelo Deputado Mauro Moraes e não sei a razão de não estar aqui agora - Deputado Chico Noroeste e Deputado Renato Gaúcho.

Fomos a convite do anterior Líder do Governo, Natálio Stica. Ele falou: “Olhe Pastor, seria importante conversar. O Governador os quer junto à base aliada; vocês são valorosos”. E, como insistiram, nós fomos.

Pasmem, Srs. Deputados, quando chegarmos lá para conversar com o Pisseti, ele expressou aquele semblante surpreso, tipo assim “o que esse pessoal está fazendo aqui?” Surpreso disse: “Que bons ventos os trazem à minha Secretaria?” O Deputado Renato Gaúcho me deu uma cutucada e falou assim: “Esse pessoal, eu acho que é todo louco, porque eles chamam a gente e ele

não sabe do que se trata!” “Estávamos aqui porque o Líder do Governo, até então, Natálio Stica disse que querem prestigiar os parlamentares que fazem parte da base de sustentação do Governo, tem interesse. Vimos ouvir. É uma das coisas ou poucas coisas que eu aprendi na política é que ouvir não custa nada.” “Ah! É sobre isso! Nós estamos ainda pensando numa forma de prestigiar, blá, blá, blá. Tudo bem. Passou. Aqui, em plenário, o Deputado Natálio Stica veio perguntar se tínhamos chegado a conversar com o Secretário.

Eu acho muito importante votarmos com o Governo, tudo junto. Temos quarenta Deputados na Base do Governo. Eu tive que rir: não sou muito bom em política, mas sou bom em matemática, não tem quarenta na Base do Governo. Nem aqui, nem na China! A lógica mesmo diz isso, que se tivessem quarenta não estariam atrás de nós.

Tudo bem. Como foi insistente esse assédio, sei lá o nome que dou a isso, eu convenci pela segunda vez os companheiros que votam conosco, a irmos conversar com o Pisseti, porque segundo o Líder do Governo que aqui está, o Pisseti tinha a permissão do Governador de prestigiar a sua base. Fui pela segunda vez conversar com o Secretário, eu, o Deputado Renato Gaúcho e o Deputado Mauro Moraes. O Deputado Chico Noroeste, na ocasião, embora solvesse da reunião não pôde estar aqui; teve compromissos em Foz do Iguaçu e não veio.

Fomos conversar com o Secretário, indignados, porque da primeira vez ninguém falou absolutamente nada. Até brincamos: ora, eu acho que os secretários não se conversam, porque estão mais perdidos do que cego em tiroteio.

Aí, prontamente o Líder do Governo disse: não, Pastor, vamos fazer o seguinte: vou junto com vocês. Vou acompanhá-los. E foi, junto comigo, com o Renato Gaúcho e junto com o Mauro Moraes.

Chegando lá, de frente para o Secretário, ele nos enalteceu, fez comentários elogiosos a respeito dos três, aqui.

Dobrandino: “olha, esse pessoal aqui é um pessoal muito firme, de palavra. É um pessoal que seria importante estar nas fileiras do Governo. Importante, ora bolas, estamos construindo, estão seria bom fazermos alguma coisa para prestigiá-los”.

Pisseti: “não, essa é a intenção do Governo. Ele já nos deu autorização para destinar recursos para emissoras de rádio dos Parlamentares”.

O Dobrandino pediu licença muito educadamente: “olhe, eu não posso ficar até o final da reunião, porque já começou a Sessão Plenária”.

Era mais ou menos duas horas e quarenta minutos, por aí.

Dobrandino: “então até podem chegar mais tarde, mas eu, como Líder do Governo, sei lá o que a Oposição está fazendo; tenho que estar lá”.

Ele veio, pediu licença e nos deixou com o Pisseti e os três Parlamentares já citados.

Pisseti: “olha, essa é a maneira que estamos encontrando para prestigiar: destinamos recursos à rádio de vocês ou rádio ligada a vocês”.

Foi quando dissemos, a começar por mim: “olha, Pisseti, é bacana essa forma de prestigiamento, é legal a idéia, mas da forma como vocês falaram, eu tinha a impressão que vocês iriam prestigiar o Parlamentar. Sei lá, com emendas, apesar de esse ser o meu segundo mandato”.

Vocês podem conferir, eu não tive habilidade de liderar emenda até hoje, nenhuma, mas tinha esperança desse sonho utópico tornar-se realidade naquela data.

Eu disse: “olha, eu não tenho rádio, até gostaria de ter uma emissora e duas de rádio, mas não tenho rádio. Sou comunicador, sou radialista, sou apresentador de televisão, também, mas não tenho. O meu segmento tem, se você quer ajudar, vocês podem fazer se quiser, já! O Governo até já faz, como faz em outras emissoras por aí afora.

O Renato Gaúcho, de pronto, talvez porque tenha o raciocínio mais rápido do que o meu, disse: “embora as pessoas até achem que não seja verdadeiro, sou um mero funcionário da emissora que eu sou comunicador, apenas isso, nada mais do que isso. Não sou dono da emissora, tenho horário, sou funcionário”. Ainda falou até quanto que ganha. Ele parece não ter gostado da nossa posição. E disse: fica aí a critério de vocês darem o nome das emissoras, principalmente do interior, que pode ser incluso na lista das emissoras que vão receber recursos do Governo publicitários, etc...

Eu e o Renato Gaúcho que somos mais próximos, saímos, saíram os três e eu particularmente disse - se o Governo espera de mim na lista de qualquer emissora eles vão esperar sentados e o Renato Gaúcho falou a mesma coisa. E acabou! Para mim a maior surpresa, estou em São Paulo, me liga a primeira pessoa amiga e disse: olha, certifique-se, parece que o Governador falou que você tentou cobrar o “mensalão”. Teve jornalistas que ligavam para mim e falavam: “e aí, Deputado mensalão”, e por aí afora, as coisas mais ridículas que se possa imaginar.

O que aconteceu, senhores e senhoras, foi exatamente isso. Não sei se os outros Parlamentares já foram procurados pela imprensa e puderam fazer as suas respectivas declarações, mas reafirmo, fomos conversar com o Secretário, não por iniciativa própria, a convite creio eu do Governador, pelos seus representantes aqui na Casa.

Quero agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, bem como os Deputados de Oposição, por estarem me cedendo esse espaço e coloco-me à disposição para os questionamentos.

O Sr. Renato Gaúcho (PDT)

Só peço esse aparte para corroborar todas as afirmações que V. Exa. fez nessa tribuna. Aconteceu exatamente assim. Só estranho o fato de que o Governador tenha citado apenas V. Exa., porque eu estava presente

também, embora não tenha sido citado por ele, fiquei muito contente que V. Exa. tenha me citado nas entrevistas que deu juntamente com o Deputado Mauro Moraes, estávamos os três na segunda visita, na primeira mais o Deputado Chico Noroeste e gostaria de dizer que na realidade V. Exa. é um pouco culpado por essa situação. E digo isso de forma pública, mas já lhe disse isso em particular, a nossa amizade permite que lhe diga. V. Exa. é um homem muito puro, talvez por ser um Pastor, e de todos os pastores e padres que conheço V. Exa. é aquele que prega o Evangelho com mais sinceridade, dá para notar pelo seu jeito, pelas suas palavras. V. Exa. é um homem que confia muito nas pessoas. Eu lhe disse e lhe puxo a orelha daqui de onde estou até onde o senhor está. Avisei que dali não sairia coisa boa nenhuma, V. Exa. é que insistiu: “vamos lá, o pessoal é legal”. Eu disse: “de lá, nada sai de bom. É melhor ficarmos aqui, vão querer nos forçar a votar em coisas que não queremos votar”, e V. Exa., com o seu bom coração, com a sua boa fé excessiva, permito lhe dizer isso, acabou nos conduzindo, juntamente com a minha boa fé acabei indo junto!

Lamentavelmente eu li essa declaração infeliz do Governador e isso me faz lembrar um pensamento do cientista Alberto Einstein, ele disse uma vez: “há duas coisas infinitas no mundo: o Universo e a estupidez dos homens”. Permito-me acrescentar à frase de Einstein: “há três coisas infinitas no mundo: a estupidez das pessoas, o Universo e o ‘caradurismo’ do Governador do Estado do Paraná”.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

De fato já tinha inúmeras vezes me prevenido acerca dessa possibilidade, mas confesso que mal comparando, é como quando você ouve falar de assaltos, acidentes. Você sabe que eles existem e que são possíveis na vida de todo mundo, menos na sua. Confesso que jamais imaginaria que o Governador, sabe-se lá de onde tirou essa idéia, faria uma estupidez como bem colocou o Parlamentar, frisando o meu nome.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Praczyk, apenas gostaria de questioná-lo, até para que ficasse claro, porque não entendi perfeitamente, parece-me que V. Exa. disse que foi convidado pelo Líder do Governo para se dirigir à Secretaria da Comunicação, para discutir o quê?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

Prestigiamento da base aliada, ou daqueles que poderiam fazer parte da base do Governo. V. Exa. sabe que o nosso grupo ali tenta ser independente, embora essa denominação não é muito bem vista aos olhos políticos, mas foi a posição que achamos ser melhor, nem estar na Situação e nem na Oposição, até porque uma infini-

dade de coisas somos contrários de ambos os lados; e segundo, tanto o Deputado Natálio Stica quanto o Deputado Dobrandino, o Governo tem ou tinha, até então, a intenção de dar uma atenção, um privilégio, um prestigiamiento àqueles que votam com o Governo.

E nós, que embora não fizéssemos parte do Governo, porque já tínhamos rompido com o Governo lá atrás, deveríamos conversar com o Secretário da Comunicação, porque teria-se uma forma de nos prestigiar, de nos honrar, para que pudéssemos então, motivados, manter-nos na base do Governo. Foi isso.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Acredito que fica claro, era uma questão que tinha me deixado um pouco de dúvida quanto ao convite, porque a grande responsabilidade é ter sido convidado para ir à Secretaria da Comunicação discutir o prestigiamiento do Governo para ter aqui o apoio na Assembléia Legislativa.

Agradeço pelo aparte, e preocupo-me muito com esta questão, porque hoje no Brasil isso tomou conta, e eu não sei qual é o verdadeiro interesse que procuram de todas as formas, e de uma forma sorrateira como está acontecendo com V. Exa., com o Deputado Renato Gaúcho, com os outros Deputados, tirar esse número de 45 mil reais. Queria saber por que foi que surgiu esse número de 45 mil reais.

Somo-me a V. Exa, lhe concedi a Liderança da Oposição e lhe convido, venha com a Oposição, porque certamente poderemos fazer um grande trabalho de fiscalização, e a população paranaense ficará muito feliz com o nosso trabalho, principalmente com a ajuda dessa Bancada que é importantíssima para a Oposição, neste momento, ter mais Deputados para poder fiscalizar o Governo.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

Muito obrigado.

Não sou a pessoa mais adequada para fazer nenhuma avaliação à pessoa do Governador, mas os mais próximos dele com certeza poderão acompanhar essa linha de raciocínio, não muito difícil. Todos nós sabemos que, diante de qualquer oportunidade de denúncia, de ter principalmente o Parlamentar nas mãos, o Governador não esperaria o nascer do dia para denunciar. Se estou certo dos dias, 33, 35 dias, por que o Governador esperou trinta e poucos dias para fazer a denúncia? Por que razão não denunciou antes? Não sei, talvez um psicólogo, um psiquiatra, alguém do ramo, da área, possa me responder esse questionamento; eu particularmente não sei.

Mas, o que aconteceu, senhoras e senhores, foi justamente como foi relatado, salvo engano eu ter me esquecido de alguma coisa.

Não havendo mais apartes, Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos, e que Deus tenha misericórdia do Governador!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

(Declina)

O SR. LUIZ NISHIMORI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Dr. Gargantine, Prefeito de Mandaguau.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrada.

Horário das Lideranças.

PPS.

(Declina)

No Horário do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para registrar, mais uma vez, a situação de abandono que se encontra a segurança pública da cidade de Londrina.

Na semana passada, em plena luz do dia, o assaltante Júnior César Pio, de 25 anos, provocou um verdadeiro tumulto na área central. Baleou um cabeleireiro dentro do seu estabelecimento comercial. Fez de refém, dentro de um gabinete odontológico, a assistente desse dentista. E por aí afora, seguiu fazendo várias peripécias, sendo perseguido posteriormente, até que por golpe de sorte a polícia que realizava uma blitz, acabou sendo preso na Zona Norte de Londrina.

Isso jamais foi registrado em nossa cidade. A facilidade com que os bandidos estão agindo em nossa cidade têm surpreendido moradores antigos, a sociedade civil organizada que está insatisfeita como vem sendo conduzida a segurança pública em nossa cidade.

Para se ter uma idéia, a principal cidade do interior do Paraná tinha apenas uma viatura durante o plantão na última sexta-feira para o sábado.

Já são 75 pessoas assassinadas em Londrina, mais vinte em Cambé, outras quatorze em Ibiporã, fora outros Municípios da Região Metropolitana da nossa cidade.

Enquanto isso, não vemos eficácia dos projetos colocados em ação por parte do Governo. O tal geoprocessamento defendido pelo Secretário da Segurança Pública, que consistiria na unificação dos boletins de ocorrência foi, na verdade, mais um tiro na água deste Governo, que não entende que computador não prende ninguém, que quem prende é o policial.

Estamos vendo, a cada dia que passa, que a violência toma conta das pequenas, médias e grandes cidades. E a culpa, juntamente com outros fatores, é a falta de efetivo.

No Governo José Richa, há mais de vinte anos, tínhamos vinte mil policiais; hoje temos dezesseis mil. E, essa questão de o sargento ocupar a função do delegado “calça-curta” não vem sendo uma boa ação por parte da polícia, porque acabou desguarnecendo a Polícia Militar, e o sargento não consegue fazer as funções de um delegado.

Concedo um aparte do Deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia (PSDB)

Tive uma audiência hoje com o Secretário da Segurança e o Governador, e não poderia deixar de falar.

A situação de Londrina não é diferente de Umuarama. O comércio está querendo fechar. Fui explicar ao Governador e ao Secretário e saí surpreso: o Governador autorizou o Secretário a contratar mil policiais!

Em Umuarama há dez anos tínhamos 110 homens na Polícia Militar e hoje tem 52 pessoas.

É difícil, mas fico feliz e quero dar a notícia em primeira mão, porque nessa audiência foi comprovado e o Governador autorizou o Secretário a contratar esses mil policiais para a Polícia Militar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado, Deputado Nelson Garcia. V. Exa. nos remete a uma das últimas determinações do Governo, quando diz que vai aproveitar os aposentados e vai trazer a contratação temporária de novos policiais. Esse é mais um engano que este Governo está prestes a cometer, na medida em que vai acessar a população leiga, sem o preparo de uma academia militar, códigos militares, informações privilegiadas e sigilosas para população...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem mais cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o perigo, já que poderemos dar munição para que pessoas alheias ao sistema de segurança, que necessitam de preparo, que necessitam de academia e, acima de tudo, de um acompanhamento mais elaborado, ter as informações privilegiadas que poderão ser usadas, inclusive, contra a própria polícia.

Citamos o exemplo aqui, de cidades como Florestópolis e Centenário do Sul, Deputado Durval Amaral, que não possuem nenhum policial civil. V. Exa. conhece essa realidade. A cidade de Florestópolis tem treze mil habitantes, apenas dois policiais militares e lá está acontecendo um fenômeno: sobra combustível, sobra viatura, mas falta justamente, o número de policiais!

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

É muito oportuno e quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, porque este, na minha modesta opinião, foi um dos graves erros do Governo na área da segurança pública. Por quê?

Cada Município do Paraná tinha a Polícia Civil e a Polícia Militar. Havia, sim, um delegado “calça-curta”. O que fizeram? Exoneraram todos os delegados, mas aquele delegado era um policial civil, era uma viatura da Polícia Civil, era mais um carro na rua, era mais a presença ostensiva da polícia na rua.

Acabou-se com a Polícia Civil no interior do Estado. Não existe mais polícia investigativa no interior do Paraná. É um equívoco. E o pior: exoneraram os policiais civis e nomearam essas pessoas na Casa Civil, na Secretaria da Justiça, em gabinetes de Secretários, em uma verdadeira disfunção daqueles cargos que haviam sido criados para a Secretaria da Segurança Pública, para função exclusiva de delegados de polícia, mesmo que chamados de “calça-curta”, mas onde não era a sede de Comarca! Um erro! Um equívoco!

Temos casos, como a cidade de Lupionópolis, que V. Exa. também atende na região, onde alguns dias atrás tivemos - na quarta-feira e depois no sábado - assalto seguido de seqüestro, pela falta absoluta da Polícia Civil e, nesse caso específico, apenas um policial militar em cada cidade.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado ao Deputado Durval Amaral, que enriquece o nosso debate aqui,

Apenas para concluir: vejamos a carta de Dona Mercedes Maria da Silva Cruz, esposa do Tenente-Coronel Manuel da Cruz Neto, que foi destituído do comando do 5º Batalhão. Ela relata que tentou publicar essa carta na imprensa, mas nenhum órgão lhe deu essa condição.

Ela diz que a destituição do cargo do Tenente-Coronel Manuel só fez demonstrar a covardia dos que deveriam defendê-lo e não o fizeram por medo do destempero de um jovem Secretário (sua idade aproxima-se do tempo de experiência profissional de seu marido) que quer resolver os problemas aos gritos e ameaças. O ocorrido não foi capaz de apagar a dedicação, o empenho e a humildade, características da personalidade do Tenente-Coronel Manuel.

Quanto ao Exmo. Governador, que num dos seus rompantes diz que a segurança em Londrina não precisa de nada, tem verba para tudo e que o problema é de comando e competência, tenho certeza que, naquele momento, no alto de seu poder, não sabia quem ele destituía do cargo, confirmando a total ignorância dos fatos e procedimentos burocráticos, já que existem informações datadas da época informando à Secretaria sobre a falta de

efetivo, principalmente, que lhe impede de prestar um serviço na Polícia.

Quero encaminhar, através de requerimento ao Governador já que, tentam defendê-lo não estão lhe dizendo a verdade, impedindo-o de conhecer a real necessidade. Aham que ajudam, mas acabam prejudicando a população, porque acham que são apenas defensores do Governo. Esquecem-se que são defensores da população.

Gostaria apenas também de finalizar, Sr. Presidente, dizendo aqui de um outro comunicado, uma comunicação interna a que tive acesso, em que o movimento das esposas dos policiais militares através da Sra. Vera Rubo informa aqui, terminantemente a proibição de qualquer tipo de confraternização por parte dos senhores policiais militares e aqui há um relato do drama que eles estão vivendo, pedindo um verdadeiro socorro ao Sr. Governador. Talvez esse fato também seja de desconhecimento do Governador do Estado.

Estou finalizando, encaminhando também na tarde de hoje, este comunicado interno que foi registrado no 15º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Rolândia.

Essa é a nossa contribuição para o Sr. Governador, trazendo a verdade acima de tudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário do PFL. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos vivendo um momento delicado na nossa República, no nosso país como um todo. E vimos as palavras colocadas pelo Pastor Edson Praczyk, também as palavras do Governador do Estado do Paraná em uma emissora lá na nossa cidade de Ponta Grossa, que acabou culminando no pronunciamento do Pastor.

Mas, de tudo isso, o que eu tiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a necessidade da investigação.

Tivemos, no término do ano passado ou no começo deste ano, não lembro exatamente, uma situação também preocupante aonde vimos uma denúncia sendo feita pelo jornalista Ogier Buck, com relação às palavras do ex-Secretário da Indústria e Comércio Luiz Mussi, que dizia que a Secretaria da Comunicação Social, através do seu Secretário, cobrava recursos para liberar verba oficial para determinados meios de comunicação. O então Secretário Luiz Mussi dizia - isso falado pelo jornalista Ogier Buck - que para liberar dinheiro para os seus meios de comunicação, o Secretário da Comunicação Social pediu um percentual de devolução daquela verba liberada para o meio de comunicação.

Uma denúncia seriíssima! Pior, Deputado Durval, de um Secretário de Estado contra um outro Secretário de Estado; do Secretário da Indústria e Comércio denunciando o Secretário da Comunicação Social! E nós fizemos um trabalho tentando convocar o Secretário da Comunicação Social; oficialmente esta Casa fez o convite e depois a convocação e até hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos aguardando a presença deste Secretário.

E hoje, quando o Deputado Edson Praczyk fala, mais uma vez o Secretário da Comunicação Social envolvido com situações que demonstram a necessidade de se investigar. O Deputado Tadeu Veneri disse educadamente que vai convidar o Secretário da Comunicação Social. Quero dizer-lhe para fazer o mais rápido possível e se ele não comparecer, a Assembléia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem que convocar para que ele venha explicar as denúncias do Luiz Mussi, também do radialista Ogier Buchi e as questões ditas neste Parlamento, explicadas pelo Deputado Edson Praczyk.

Aguardo, espero que rapidamente o Deputado Tadeu Veneri possa encaminhar esse convite e aqui vamos ver o Deputado Praczyk, o Secretário da Comunicação Social, conversarem, dialogarem, para que possamos explicar à opinião pública paranaense e brasileira, exatamente aquilo que está acontecendo no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O episódio que fez com que o Governador denunciasse os Parlamentares ou o Parlamentar, é uma questão para ser refletida. Primeiro, se V. Exas. foram conversar com o Secretário Pisseti, temos que nos reportar, voltar atrás, que este Pisseti é o mesmo que foi acusado para receber propina.

Esta denúncia, Deputado Luiz Carlos Martins, foi feita nada mais, nada menos, por um Secretário de Governo e no editorial de um funcionário da Secretaria, que é o Ogier Buck. Podemos refletir sobre esta questão, em que Brasília - Deputados Luiz Carlos e Durval - está em polvorosa.

Quero dizer aos Srs. Deputados do PL, do PP e do PTB, será que o Governador não está querendo se ver livre dos Deputados desses partidos, para que amanhã ou depois ele possa dizer: não, eu não me alio a nenhum partido desses? Será que ele não está se antecipando? Será que o objetivo foi o Pastor Edson ou ele está querendo chutar o PL neste momento, para depois a "bola da vez" ser o PP? Essa é a pergunta que fica no ar! É uma questão

muito sórdida! O Líder do Governo convida o Deputado para ir à Secretaria, para discutir o quê? Esta é a grande questão.

É claro que o Parlamentar que discute questões do Orçamento do Estado tem todo o direito de reivindicar atenção a bairros, a cidades, a comunidades, a entidades, para serem atendidos. Eu já fui Deputado do Governo e fiz isso para atender aos interesses das regiões que represento. Mas quero chamar a atenção dos Deputados aqui. A próxima vítima pode ser V. Exa., que a partir de agora está iniciando a campanha eleitoral de Presidente da República e de Governador. A partir do momento em que o Deputado sinalizar, aqui, que poderá, Deputado Edson, fazer parte de um grupo de Oposição ao atual Governo, ser a próxima vítima.

Não sei o porquê do 45. Talvez 45, porque é um dos partidos que está mentalizado pelo Exmo. Sr. Governador, como um opositor seu e que certamente esse 45, ele vai ouvir muitas vezes na próxima eleição de Governador, porque provavelmente ele será derrotado. O que me preocupa é esta questão: quem será a próxima vítima? Amanhã, um Parlamentar vai reivindicar do Governador um benefício para a sua cidade, para a sua região e o que poderá acontecer com esse Deputado? Essa é a pergunta.

Acho essa atitude do Governador de depois de - se não me falha a memória - seis ou sete meses que os Deputados estiveram na Secretaria, depois de todo esse tempo o Governador, no mínimo, nessa questão foi omissa, foi conivente se isso aconteceu. Porque se isso tivesse acontecido, teria que ter havido a denúncia no dia, no ato. Agora, seis meses depois, depois que o Governo Lula se enlameou nessa balbúrdia que tomou conta de Brasília? O Governador, de tão inteligente, é surdo. Quando um Deputado sobe à tribuna aqui para fazer uma crítica ao seu Governo, essa crítica tem que ser ouvida pelo Governador, refletida e tomadas as medidas. Não estamos brincando aqui quando falamos! Quando levantamos aqui a questão de segurança, todos sabemos que o Secretário da Segurança não tem mais autoridade para permanecer no cargo, não tem credibilidade para permanecer no cargo. Por quê?

Todas as denúncias que fizemos aqui desta tribuna, parece que não aconteceu. E isso me preocupa, porque não conseguimos, com as nossas denúncias, fazer com que isso ultrapasse as paredes da Assembléia. Não sei por quê, não entendo por que não conseguimos atingir a grande mídia! Porque há caso mais grave do que esse relatado pelo Pastor Edson Praczyk? Há caso mais grave do que a denúncia feita contra o Secretário da Comunicação?

E não é implicância, Deputado Luiz Carlos Martins! Tem muitos Secretários do Governo Requião, até prova em contrário, que temos um profundo respeito, mas o Governador, e acredito que não estamos merecendo a sua audiência, mas há alguém no Palácio Iguaçu que deve estar ouvindo, Governador, pare com

isso! Governador, V. Exa. é um grande líder deste Estado e deste país! V. Exa. tem que parar com blefes, porque se formos recordar a história, Governador, vamos recordar aqui o Ferreirinha, vamos recordar aqui o pedagógico, vamos recordar de tantas pessoas que ele vilipendiou. E está aqui o Ministro Rafael Greca, uma das pessoas que tenho em minha mais alta estima. O que esse cidadão ouviu da tribuna do Senado, Deputado Edson Praczyk, ouviu do Governador.

Então, quem será a próxima vítima? Será o Deputado Rossoni? Será o Deputado Durval, Deputado Traiano, Deputado Plauto, Deputado Barbosa, Deputado Elio Rusch, Deputado Luiz Carlos Martins, que estão aqui fazendo oposição? Qual é a armadilha que vai ter contra os Deputados de Oposição, se ele faz isso com a Bancada que o apoiou até outro dia? Quantas vezes fomos pedir o apoio da Bancada em questões fundamentais aqui nesta Casa e perdemos!

Voltarei amanhã aqui, para fazer outro pronunciamento, até estava inscrito no Grande Expediente, mas não tivemos tempo. Voltarei amanhã para discutir a questão da Saúde e vamos amanhã, Deputado Dobrandino, entrar na Justiça, porque a propaganda do Governo é enganosa!

Por que enganosa? Porque o Ministério da Saúde, o Governo Lula, do parceiro do Governo Requião, disse que o Governo do Paraná não cumpre com a lei. Então amanhã vamos entrar nesta questão.

Mas, Srs. Deputados, quem será a próxima vítima? Espero que não seja um aliado, que não é dessa forma que se agradece o apoio que se tem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Antonio Martins Anibelli.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Rossoni está muito preocupado com a próxima vítima. Acho que V. Exa., Deputado, não precisa ficar preocupado, porque não existe a próxima vítima! O Governador tem sido muito correto na administração do Estado.

Já imaginou V. Exa. se o Governador se reportasse ao Governo anterior e viesse divulgar os gastos com a Secretaria da Comunicação Social? Os repasses havidos a rádios?

Não quero entrar nisso e acho que o Governador não está pensando em se desfazer do PL e nem do PT. Acho que quando V. Exa. fala no 45, o 45 é um número do nosso grande partido, PSDB, que V. Exa. é o Presidente e o Líder das Oposições. O 45 é de José Richa, de Mário Covas, de pessoas que engrandeceram esta Nação e hoje engrandecem fazendo oposição. Acho que faz

parte da democracia o apoio, a votação contra. Aqui temos tido reveses como na semana passada ou retrasada, em que tivemos um veto do Governador sendo derrotado por 31 votos a 10. Será que nós vamos à cata ou à pergunta ou atrás de quem votou no voto secreto? Isso é uma conquista do Parlamento!

Venho a esta tribuna, Srs. Deputados, para dizer que enquanto V. Exas. procuram a mídia, no Canal 21, nós estivemos, no final de semana, na cidade de Cerro Azul, inaugurando uma estrada sonhada por aquela população interiorana, gente humilde, gente simples que sonhou a vida inteira com um asfalto prometido por todos os Governos que passaram. Véspera de eleição lá ia máquina do DER, empreiteira, botavam as estacas, pegavam aquele aparelho para cortar as curvas como fizeram lá em Coronel Domingos Soares, que o Deputado Rossoni e eu representamos, mas nós vimos a felicidade daquela gente! Vimos crianças, jovens, adultos, os mais velhos, pessoas de mãos calejadas, de cabelos brancos, mulheres, gente que teve a felicidade de vivo estar para ver o Governador Roberto Requião, ver o Deputado Alexandre Curi, o Deputado Kielse, o Deputado Wanderlei Iensen, este Deputado que aqui está, o Deputado Max Rosenmann, Deputado Takayama, Deputados que lá foram conferir. Digo sinceramente que não conhecia Cerro Azul, uma região produtora, região de morros, região que está promovendo, nesta semana, a 40ª Festa da Laranja, a 12ª Festa da Poncan.

Lá almoçávamos com o Prefeito Santinho, peemedebista histórico desde 73, que ganhou esta eleição contra as mentiras dos nossos adversários, que inclusive Deputados do PMDB estiveram trabalhando contra, mas aquela população cansada, sofrida de promessas mentirosas, acreditam no Santinho e no nosso Partido PMDB. E lá víamos a satisfação. Almoçamos ao lado do Padre Antônio, um homem que mora naquela cidade e ministra as santas missas há 25 anos. Gente que aprendeu a sofrer e conhecer a verdade. E lá, aquela população feliz, cumpriam o Governador, abraçava. O Requião naquela região vai ser quase unanimidade. Quero ver quem terá coragem de ir lá pedir votos contra a reeleição do nosso Governador.

E como o Deputado Rossoni diz que ele já está fazendo campanha para Presidente, quiçá nós salvemos o Brasil, sim, do Fernando Henrique e talvez desse desvio do PT, do nosso Presidente Lula. Tivemos a felicidade de trabalhar por ele, talvez ludibriado por alguém que procurou enganá-lo, ou talvez erradamente tenha aceito esta barbaridade que estão falando dos nossos companheiros do PL, do PP, de Partidos aliados que para governar se precisa de maioria.

Mas, maioria moralizada, maioria que temos aqui nesta Casa, porque inclusive a Oposição quando é necessário vota conosco ou da número votando contra. E temos Deputados de todos os Partidos. Não foi proprietário de rádio, mas tem Deputados, inclusive adversários nossos, que recebem a mídia do Governo. Duvido que o Gover-

nador destine um só centavo, ou dez ou cinquenta ou cem para um jornal ou uma rádio que não seja de Deputado de Governo ou da Oposição.

Duvido que o Governador saiba disso, ou a nossa Secretaria.

Divulgar um Governo sério, um Governo que economizou, um Governo que agora está mostrando ao Paraná, inclusive na Rede Globo, no jornal Gazeta do Povo, em todos os veículos que têm crédito neste Estado, de Norte a Sul, de Leste a Oeste neste Estado que fazem a divulgação.

Mais ainda, o Governador esteve domingo na Lapa prestigiando...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu cumprimento V. Exa. pelo feito de Serro Azul e pelos feitos do Governo. Mas gostaria de fazer um pedido a V. Exa. um homem íntegro, sério. Gostaria de pedir a V. Exa. que trouxesse a público de uma vez por todas, todos os gastos do Governo anterior em mídia.

Então, a pedido do Deputado Rossoni, estou pedindo para a minha assessoria a Dra. Lídia fazer um requerimento pedindo todos os gastos em comunicação do Governo anterior para tornarmos público. Vamos entregar para a imprensa para encerrar esse episódio.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pedido aceito.

Deputado Rossoni, vamos aprovar esse requerimento se V. Exa. apresentar, mas gostaria, antes que o meu tempo encerre, de registrar o lançamento na cidade da Lapa histórica do Governador Ney Braga. Um homem íntegro, que nesses momentos dessa dúvida nacional em que o Paraná é exemplo de dignidade, lá esteve o Governador Requião filiando o Governador de Tocantins do saudoso Ney Braga, no lançamento do seu memorial. Um homem que é exemplo de dignidade, que é exemplo de honra, de como se governa. Morreu pobre, morreu simples. Um homem que é reverenciado pela sua vida. E tivemos, a par disso, na cidade de Antônio Olinto, também inaugurado uma escola que se construiu com recursos do Município.

Dizia-me o Prefeito Zeca que custou 40% desta obra, o custo total 40% do que se tivesse feito uma licitação para que empreiteiras lá se habilitassem e que o dinheiro não fosse aplicado com recursos da Prefeitura com a população, com os empregados da Prefeitura. Assim se governa. E lá o Prefeito também é do PMDB.

Vejam V. Exas. lá sendo reverenciada a memória de professoras que nós nem tivemos a felicidade de conhecer, de pessoas que lá ministraram aulas, na época em que o aluno ia a cavalo.

Lá se erguem escolas para que a nossa população, o nosso trabalhador possa fazer com que seus filhos aprendam as letras, e amanhã procurem na educação e no exemplo dos pais, porque o povo do interior é gente tra-

balhadora, como são os curitibanos e como são aquelas pessoas que vieram do interior em busca de um amanhã melhor e hoje moram no nosso interior da Região Metropolitana ou aqui, às vezes e infelizmente, inchando as nossas favelas.

Apenas para agradecer ao Governador Roberto Requião por ter ido a Cerro Azul, e nós, em seu nome, a Antonio Olinto, para fazermos este Paraná mais feliz, mais alegre e muito mais sério que o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna porque fui citado por diversas vezes pelo Deputado Edson Praczyk, meu amigo, Deputado que eu respeito muito, e para falar sobre este caso que foi citado e envolve o Deputado Praczyk.

Inicialmente eu responderia ao Deputado Valdir Rossoni, Líder das Oposições, que ele não entendeu porque é que foi chegar ao número 45, que é o número do seu Partido. Eu queria responder ao nobre Deputado que eles foram em três. Quarenta e cinco divididos por três, dá quinze. Eu não sei qual deles foi mais privilegiado, se foi o 45 ou se foi o 15.

Srs. Deputados, eu ouvi os Deputados se referindo a esse episódio. Eu, na condição de Líder do Governo, Deputado Durval Amaral, tenho me dirigido a vários Deputados e pedido apoio, quando nós precisamos de projetos que são de interesse do Governo e do povo do Paraná. Eu tenho me dirigido aos mais diversos Deputados, independente de Partido, e pedido o apoio deles. Eu já me dirigi a V. Exa, Deputado Durval com quem eu convivo há longa data e tenho o privilégio de ser seu amigo, como do Rossoni, do Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães e da maioria aqui desta Casa e sem a intenção de beneficiar alguém com qualquer tipo de moeda de troca. Nós vamos pedir apoio nas votações das mensagens de interesse do Governo.

Com relação a esse caso, eu estava me dirigindo à Comunicação Social, lá no Palácio e nós já havíamos conversado antes com o Deputado Praczyk e eu pedi o seu apoio, como peço de todos, e o Governo do Estado, Deputado Tadeu Veneri, meu amigo, manda matéria do interesse do Governo e de publicidade para as emissoras de rádio, televisões e jornais e paga por isso. O Deputado que é dono de jornal ou de rádio, não vai ser discriminado. Vai ser, na verdade, dentro daquilo que é correto, o Governo anda.

O que ocorreu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na conversa do Deputado Edson Praczyk e o Secretário da Comunicação Social eu não estava presente. Na verdade, fomos um pouco atrasados e já tinha começado

a Sessão e eram cerca de duas horas e quarenta minutos e eu preocupado com a sessão Plenária na Assembléia, tive que me dirigir para cá e não ouvi a conversa entre eles.

Imagino que está havendo mais um mal entendido, sem a menor intenção de fazer qualquer comportamento não-ético.

Imagino que isso será esclarecido pelo Secretário da Comunicação Social do Governo. Mas, digo novamente ao nobre Deputado, eu não tenho nenhum constrangimento com quaisquer Deputados do Governo, aquilo que é de interesse dos Deputados. Os Deputados pedem para eu marcar audiência, com Diretores, com Secretários, com o Governador e eu faço isso com maior boa vontade, mas acima de tudo, com a maior lisura.

Sou Parlamentar e imagino que todos os 54 Deputados têm compromissos com as suas Bases, são cobrados, para que ajude naquilo que é possível, aqui no Governo.

Então eu não vejo nada de mal nisso e quando nós pedimos para a Base do Governo nos apoiar, eu jamais pedi a esse ou aquele Deputado para que não fizesse nenhum pronunciamento de ataque ao Governo.

Ora, esta é uma Casa democrática e nós vivemos em democracia. Eu seria antidemocrático e não sou, se eu não entendesse quando um Deputado faz uma crítica ao Governo, que ele está no legítimo direito de fazê-lo e muitas vezes, as críticas ajudam a corrigir os erros.

Quando eu vejo um Deputado fazer uma crítica ao Governo, vejo com a maior naturalidade, não vou me constranger com isso, de forma nenhuma, porque sou democrata e assim eu já fui Oposição do Legislativo, já fui Situação. Imaginem se eu não vou querer os Deputados que apóiam o Governo, que estão na Base do Governo, que aprovam os projetos do Governo, eles deixem de fazer as críticas, daquilo que não está certo.

Nesse aspecto eu quero deixar os Deputados da Base tranquilamente à vontade, nós lhe pedimos que sempre nos ajudem na aprovação dos projetos, mas sem nenhum interesse de cercear o seu direito com relação ao que pensam do nosso Governo.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

V. Exa. cita este Parlamentar. O Deputado Antonio Anibelli também, de uma maneira muito respeitosa citou também os Deputados da Situação. Eu posso dizer-lhe que nós fazemos oposição dura, responsável e oposição crítica ao Governo do Estado do Paraná. Uma oposição responsável. Nós não fazemos oposição ao Estado do Paraná; fazemos oposição ao Governo do Estado.

Muitos erros neste Estado foram evitados graças às denúncias feitas pela Oposição. Foi assim que aconteceu no caso do Pedágio de Guaíra que nós denunciemos que o Governo fazia um discurso demagógico de acabar com o pedágio no Estado do Paraná e nem sequer acabava com o pedágio que ele mesmo cobrava de Guaíra. Denunciamos a questão do discurso falso de estatização da SANEPAR, quando na verdade o Governo já detém 60%.

Denunciamos, enfim, inúmeras irregularidades: o pedágio de manutenção que o Governo ia fazer, seria o maior erro político da história do Governador Roberto Requião, se ele implantasse o pedágio de manutenção.

Agora claro, fazer oposição não significa votar contra tudo e contra todos. Todas as matérias que forem de interesse da sociedade paranaense, independentemente da posição do Governador, tenho certeza que não somente eu, mas todos os Deputados de Oposição vão votar, sim, não é com o Governo, não, mas vamos votar com o povo do Paraná.

O Governo sempre que ele errar terá sempre a crítica, e muitas vezes até, uma crítica hasta, se assim for necessário.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Assim se constrói a democracia, eu não gosto, muitas vezes não concordo, quando o Deputado faz a crítica pela crítica, isso não constrói nada. O Deputado que faz uma crítica construtiva, com equilíbrio, porque o equilíbrio de força no poder é importante.

Portanto, respeitamos e entendemos. Eu, com toda a minha trajetória política de longos anos, Deputada Elza Correia, entendo isso com naturalidade, não vejo nenhum mal nisso, quando a Deputada faz as suas colocações, as suas críticas. É o papel do Parlamentar. Agora, com relação ao caso do nobre Deputado Edson Praczyk, lamento, imagino que é possível um mal-entendido e o Governador acabou com seu feitio de muitas vezes, possa até ter extrapolado, eu não sei, mas alguém informou isso errado e levou isso para fora. Imagino que isso será esclarecido, mas o nosso governo, na verdade, não o faz de forma nenhuma para pedir apoio para ninguém com algo em troca. Isso não! Posso garantir isso, quando se vai e vou pedir apoio a um Deputado, prometo ajudá-lo, se tiver que prometer para ajudar em qualquer pleito do Deputado, isto é, sem nenhum interesse de comprá-lo, porque eu farei, mesmo o Deputado que está na Oposição eu o farei, se puder ajudá-lo, ele está no direito dele, eu farei igual.

Então quero crer que é descartado aqui qualquer interesse de chamar com algo em troca que neste Governo não existe isso.

Quero reforçar aqui o que falou o meu amigo Deputado Nelson Garcia, o Governador hoje estava presente quando ele mencionou que autorizou a contratar mais mil policiais militares para reforçar o efetivo da Polícia Militar, para melhorar a segurança do Paraná.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Acredito que cabe a Questão de Ordem quanto ao requerimento feito pelos Deputados de Oposição ao Governo do Estado, que necessita de providências da Presidência da Casa.

Nós fizemos um requerimento e foi aprovado nesta Casa um requerimento dos Deputados de Oposição pedindo ao Governo do Estado que nos informasse qual a verba de comunicação gasta na administração direta e indireta. E, infelizmente, o Chefe da Casa Civil não compreendeu corretamente o requerimento da Liderança de Oposição e somente respondeu o que foi gasto da sua Secretaria.

Então, vou devolver à Mesa a resposta desse requerimento, que é muito bem claro, que pede da administração direta e indireta. E o Chefe da Casa Civil só responde da sua Secretaria. Não é isto que a Liderança de Oposição pediu. Eu remeto a V. Exa. para que tome as providências.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. encaminhe à Mesa Executiva que nós vamos solicitar que o requerimento que foi aprovado neste plenário, seja respondido integralmente da forma que foi solicitado.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1764, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando dispensa de sua presença nas Sessões que venham a ser realizadas durante sua estada em Brasília atendendo compromissos nos dias 15, 16, e 17 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1790, de autoria do Deputado Rafael Greca com apoio dos Deputados Duílio Genari, Elio Rusch, Dobrandino da Silva e Ademir Bier, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2005, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02/05/2005, em Mensagens)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/2005****P A R E C E R :****Relatório**

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 015/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para o Governo do Estado do Paraná contratar empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A, na modalidade de subempréstimo de recursos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, no âmbito do Estado do Paraná.

A autorização legislativa é extensiva a todos os demais atos que ordinariamente envolvem uma operação desta espécie, como permitir o Estado vincular cotas do FPE ou outras participações do Estado nas receitas tributárias arrecadadas pela União ou mesmo tributos arrecadados diretamente pelo Estado, como contragarantia à garantia da União, na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 167, da Constituição Federal. Assim como consente desde já nos atos administrativos necessários para a implementação do empréstimo, como firmar contratos, aditivos, convênios e outros instrumentos públicos, embora sempre submetidos à aprovação das Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral e ouvida a Procuradoria Geral do Estado.

As condições do empréstimo evidentemente devem se enquadrar dentro das obrigações e demais ajustes formais propostas pelo Agente Financeiro, obedecidas as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias

encarregadas pela política econômica e financeira da União.

Em consequência o Estado compromete-se a consignar, anualmente, dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito ora em processo de autorização legislativa. Da mesma forma, desde já e no bojo do presente projeto de lei, este Poder autoriza o Executivo consignar anualmente e a abrir créditos adicionais no Orçamento Geral do Estado vigente, até o valor da operação em contratação, inclusive sua contrapartida, na forma prevista no parágrafo primeiro, do artigo 43, da Lei 4.320, que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Voto do relator e sua fundamentação

Trata-se de um projeto autorizatório, na sua correta aceção, de iniciativa do Executivo e com previsão constitucional. Logo, o presente projeto de lei tramitará, previamente, por esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de receber parecer quanto a sua regular formalidade, e, posteriormente, na Comissão de Finanças, quanto à conveniência e oportunidade da iniciativa.

Assim, nesta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a questão formal, verificamos que as condições para sua tramitação estão obedecidas, seja quanto à iniciativa, seja quanto à competência, ressaltando-se apenas dois aspectos ainda a serem sanados. O primeiro é quanto à proposição vir desacompanhada da Certidão de capacidade de Endividamento do Estado, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional. E o segundo quanto uma mera incorreção de redação legislativa, ao fazer constar no último artigo da proposição uma revogação genérica de disposições em contrário.

Quanto ao documento que deveria instruir o pedido, entendemos ser absolutamente sanável no curso da tramitação do presente feito, ainda mais que somos sabedores da efetiva capacidade de endividamento do Estado, e que a referida documentação instrui o próprio processo de empréstimo, tanto que será requerido pelo próprio Agente Financeiro, no caso o Banco do Brasil S/A, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, o que oportunamente será providenciado. Desta forma, somos da opinião de não sobrestar o feito, até para não prejudicar o segmento de turismo do Estado e, por consequência, todos os paranaenses, com atrasos meramente de ordem formal, decidindo pela sua regular tramitação, sem prejuízo de solicitar que, a presidência desta Comissão ou da própria Comissão Executiva da Casa, oficie o Chefe do Poder Executivo Estadual, recomendando o envio da documentação pertinente, para fins de atender esta formalidade.

Quanto à impropriedade de técnica legislativa de incluir no texto da lei revogação genérica, considerando que não vislumbramos confronto desta lei com outro texto legal, prescindido assim de qualquer revogação expressa, somos de propor uma mera emenda supressiva, para excluir do texto da proposição a frase “**revogadas as**

disposições em contrário”, insculpido na parte final do artigo 5º do Projeto.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva obter autorização desta Casa de Leis para implementar o empréstimo retro descrito, com a modificação pela emenda supressiva apontada e a recomendação acima mencionada.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 232/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo, pede autorização legislativa para contratar empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A, na modalidade de subempréstimo de recursos externos oriundos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, no âmbito do Estado do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional e se encontra acompanhado do demonstrativo dos Limites de Endividamento do Estado do Paraná, no período compreendido de janeiro a dezembro de 2004, comprovando que o Estado do Paraná possui condições orçamentárias de obter o empréstimo junto ao Banco do Brasil.

A ausência da Certidão da Capacidade de Endividamento do Estado não impede a tramitação do projeto, bem como se encontra suprida pelo Demonstrativo dos Limites de Endividamento do Estado realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda através da Coordenação de Administração Financeira do Estado, conforme determina o artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

“Art. 33. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta lei complementar.”

Há que se destacar que a Certidão de Capacidade de Endividamento do Estado será exigida pelo agente financeiro no momento da realização do empréstimo, conforme artigo 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.”

Desta forma, o projeto não apresenta nenhum óbice para sua tramitação, encontrando-se de acordo com as normas de direito orçamentário e financeiro que regem a matéria.

Conclusão

Pelo Exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 08.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

Para encaminhar Deputado Elio Rusch, depois Deputado Rafael Greca.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço questão de encaminhar esse projeto que visa a contratação do empréstimo do Governo do Estado para suprir exatamente um programa do Governo Federal. Esse PRODETUR SUL na verdade é um programa do Governo Federal, diga-se de passagem, e devemos reconhecer quando Governo dá sequência a um projeto iniciado, independente de qual época. Esse projeto, ou melhor, esse programa foi instituído no Brasil pelo ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro Rafael Greca de Macedo, que era Ministro de Esportes e Turismo do Governo Federal, e hoje Deputado estadual aqui na Assembleia Legislativa. O total desse projeto, a nível de Brasil, ou seja, do PRODETUR SUL, é de 350 milhões de dólares, divididos da seguinte forma: cem milhões para o Rio Grande do Sul, cem milhões para Santa Catarina, cem milhões para o Paraná e cinquenta milhões para o Mato Grosso do Sul. A parte do Paraná, que são os cem milhões, sessenta milhões são do Governo Federal e quarenta milhões são recursos do próprio Governo do Estado.

Na verdade esse projeto que foi elaborado, ou esse programa que foi elaborado pelo Governo Federal, na época Governo do Estado Jaime Lerner, e é importante que se diga isso, que fique registrado aqui na Assembleia Legislativa, o Secretário de Estado na época que elaborou esse projeto, hoje Deputado Federal Eduardo Sciarra, elegeram, Deputada Elza, a Região Oeste do Paraná para ser contemplada, a cidade de Foz do Iguaçu e todos os Municípios lindeiros, desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

E por que o Governo consegue atender hoje esse programa? Porque alguém que teve a iniciativa de fazer esse programa, Deputado Luiz Carlos Martins, e aqui no Paraná foi elaborado pelo projeto, iniciado a elaboração do projeto pelo Governador Jaime Lerner. Isso tem que ficar registrado. E o Secretário, como eu já disse, da época, era o Secretário Eduardo Sciarra, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Paraná. Hoje, para a felicidade nossa, estamos votando esse projeto, o Governador enviou para a Assembleia Legislativa, passou na CCJ, veio na Comissão de Finanças, o Deputado José Maria Ferreira foi Relator lá na Comissão de Finanças, e hoje o Plenário aqui faz exatamente a sua primeira votação, ou seja, a constitucionalidade do projeto.

Para que não fique dúvida nenhuma e para que fique registrado nos Anais, Srs. Deputados, faço questão de ler apenas uma mensagem que o próprio Governador manda para a Assembleia: “Para a fase de negociação do programa o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, em conjunto com o Ministério de Turismo, solicitou que os Estados destacassem uma área prioritária para ser desenvolvido um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentado”. E qual é o programa que o Governo, não do Roberto Requião, o Governador Jaime Lerner elegeu para ser contemplado nessa região é o Oeste do Paraná. A cidade de Foz do Iguaçu - até por aquilo que ela representa no contexto do turismo, não só do Estado, mas do Brasil e do mundo.

Foz do Iguaçu com as maravilhas das Cataratas. A beleza e a maior hidrelétrica do mundo: a Itaipu Binacional, e outros municípios lindeiros do Lago de Itaipu - assim nós os chamamos - estão aproveitando o potencial turístico que o lago oferece para o Paraná, mais especificamente para a região Oeste do Estado do Paraná.

Faço questão de deixar registrado aqui, independente do Partido em que esteja o Deputado Rafael Greca, mas foi Ministro do Governo Federal. E na época era do PFL.

Quero parabenizar o Deputado Rafael Greca hoje, pela visão que teve como Ministro juntamente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em desenvolver cada vez mais o turismo do nosso Brasil. O Paraná foi o grande contemplado.

O projeto num todo, é do Governo Federal, dividido com os Estados do Sul e isso deve ser enaltecido. Quero deixar bem claro que quem elegeu essa região foi o ex-Governador Jaime Lerner, comandado pelo Depu-

tado Eduardo Sciarra quando era Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do nosso Estado.

Enaltecer o Governador Roberto Requião por dar continuidade a esse programa que iniciamos. A exemplo dos programas que existem hoje no Governo do Estado: o ParanaUrbano é um programa do ex-Governador; o Paraná Doze Meses é um programa do ex-Governador; o PARANASAN é um programa do ex-Governador; o PROEM é um programa do ex-Governador. Milhões e milhões de dólares que o ex-Governador Jaime Lerner deixou à disposição para que o atual Governo pudesse atender à população do Paraná, a exemplo desse projeto, que estamos votando nesse momento.

O nosso voto e de todos os outros Deputados, com certeza, será favorável.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer a menção do Deputado Elio Rusch à minha ação enquanto Ministro do Turismo e Esporte do Brasil do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse é um programa que não tem bandeira. É um programa que tem a bandeira do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul.

Quando Ministro, vi que só havia PRODETUR para o Nordeste. Havia o PRODETUR I e já estavam preparando o PRODETUR II, também para o Nordeste. Isso porque os Deputados e Senadores do Nordeste são mais rápidos que os do Sul, na reivindicação. Não que o Nordeste não mereça, porque tem as praias mais lindas do mundo, mas o Sul também merece esse espaço, porque tem as Cataratas do Iguaçu.

A catarata que nasce onde nascemos está no meio da Mata Atlântica, um espetáculo indizível de beleza, capaz de atrair o ecoturismo de todas as regiões da terra, inclusive os chineses têm se notabilizado por vir às Cataratas.

Votamos agora a autorização para o PRODETUR do Sul. Fico muito feliz porque o tempo de Brasília é diferente do tempo, por exemplo, da Prefeitura. Quando fui Prefeito de Curitiba, também fiz um programa com o BID, mas o meu programa foi aplicado ainda na minha gestão e, depois, na gestão do Prefeito Taniguchi, que me sucedeu.

Agora, o PRODETUR sonhado em Brasília, ficou meio como se fosse o elefante branco da lenda do Buda ou como o próprio "Tatagata", o próprio Buda, que levou mais de nove meses para nascer. Elefantes brancos nascem em dez a doze meses, segundo a tradição; o PRODETUR de Brasília levou seis anos! Esse PRODETUR agora se materializa, um pouco menos do que sonhei, queria 350 milhões de dólares, vem na forma de 250 milhões de dólares, mas são sessenta milhões de dólares que entram no Paraná! Não é só para Foz do Iguaçu e

para a costa Oeste - Foz do Iguaçu e a costa Oeste é o plano-piloto, é o começo - é também para o litoral.

Saúdo a presença, no plenário, do Prefeito José Baka - da adorada cidade de Paranaguá, a cidade onde começou a civilização no Paraná - que é Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná. Saúdo a presença do ex-Prefeito de Foz do Iguaçu, Dobrandino Gustavo da Silva, que é o nosso Líder - o seu filho muito me entusiasmou quando eu, Ministro, propus esse projeto.

Quero dizer que o projeto está sendo tocado por uma notável paranaense, a técnica Suzana Dickmann, que deixei lá no Ministério. Pedi para o Presidente Fernando Henrique Cardoso que o Ministro passasse e ela ficasse, e a Suzana já atravessou quatro Ministros; está em vias de atravessar o quinto. Hoje ainda, conversava com ela ao telefone e disse: "o PRODETUR vai nascer na Assembléia Legislativa do Paraná e você já vai para o quinto Ministro, porque já são cinco os Ministros do Turismo depois que eu saí!" Essa senhora lá, com a competência que me ajudou a fazer o projeto de financiamento dos biarticulados vermelhos e das Ruas da Cidadania em Curitiba, ajuda agora o Paraná e o Sul do Brasil a trazerem dinheiro para o turismo.

Turismo é invenção de empregos; é a possibilidade de uma pessoa, por mais humilde que seja, poder abrir o seu negócio. Veja o exemplo de Santa Felicidade em Curitiba. Em Santa Felicidade existem, hoje, dezoito mil empregos, 99 restaurantes e a renda mensal do bairro para a cidade é de quatro milhões de dólares. Como é que começou a idéia de vender frangos fritos e polentas fritas em Santa Felicidade? Quando a Sra. Trevisan Boscardin colocou na porta da sua casa, na varanda, junto à cascatinha do Rio Uvú, o primeiro restaurante de polenta com galinha frita de Curitiba, ainda no tempo da Estrada do Cerne, ainda antes de eu nascer, nos idos de 1949.

Essa indústria que essa mulher montou, é maior do que a Renault, pelo menos nove vezes. A Renault gera dois mil empregos; a indústria da polenta com a galinha frita gera dezoito mil empregos. Todos aqueles frangos, de asa dada, num Dia das Mães, por exemplo, podem dar a volta ao mundo, tanto são os frangos fritos em Santa Felicidade. Então, a idéia dos números de Santa Felicidade é para mostrar a importância do turismo.

Fiz isso porque somos o bem que fazemos, e nos dias que fazemos o bem, nós existimos, nos outros apenas duramos. Fiz isso para retribuir ao Paraná - ao meu adorado Paraná, a maior votação, jamais recebida por um Deputado na história. Na época, eu era Ministro, não porque o Presidente me conhecesse, não porque o Partido me quisesse, mas porque eu era o Deputado mais votado do Brasil, com mais de 250 mil votos. Então, fiz isso para agradecer ao Paraná, para agradecer à gente boa do Paraná, a minha eleição.

Eis o PRODETUR do Sul! Que ele venha agora generoso, que derrame a prosperidade, não só na costa Oeste e junto às adoráveis cataratas, mas derrame a pros-

peridade também no Caminho das Tropas, de Castro a Ponta Grossa, a Palmeira, ao Tamanduá, até os confins quando o caminho das tropas passa para Santa Catarina, de Lages, do Socavão e até Santo Antonio da Patrulha.

Que o PRODETUR/SUL derrame a prosperidade na nossa adorada Paranaguá. Eu sonhava com o Prefeito Baka, uma Casa de Fandango na esquina da matriz com a rua que leva para a Igreja de São Benedito. Se há CTG's, por que não podem haver CTP's - Centros de Tradição Paranaense?

Já não é sem tempo que se "bata o fandango" na frente do povo.

Que venham também terminais, por exemplo, um terminal junto ao Rocio ou lá na Ponta do Poço, na Galheta, para os transatlânticos pararem no litoral. E que venham também investimentos nos caminhos, como O Caminho do Vinho em Colombo, ou os caminhos da minha adorada Piraquara, ali da região de Santa Maria de Nova Tirol que com o lago da nova represa que o Governador Requião está a construir, será um lugar mais bonito do que a Suíça porque vai ser uma Suíça sem neve. Uma Suíça com pinheiros do Paraná.

Que venha o investimento próspero, generoso, seguro, para erguer o Paraná. Porque esse programa do PRODETUR/SUL não é um projeto de partido. Esse é um projeto do tamanho da notável grandeza do sagrado nome do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Para Encaminhar)

É preciso saudar o então Ministro Rafael Greca como autor desse plano que tem como objetivo fomentar o turismo no Estado do Paraná.

E olha que o turismo no Estado do Paraná é muito rico! Se lembrarmos Prudentópolis com as suas cachoeiras, sem acesso, sem estradas para que o povo do Brasil possa contemplar a suas belezas; se lembrarmos a riqueza do turismo rural dos Campos Gerais; se lembrarmos o nosso litoral, a nossa querida Guaraqueçaba, Superagüi, Foz do Iguaçu com a sua riqueza e com a sétima maravilha do mundo, mas, se lembrarmos também aquela parte do Oeste, do Iguaçu, que preserva o Parque Nacional do Iguaçu e que tem uma população extremamente pobre e que precisa de investimento para o desenvolvimento. Precisa de geração de emprego para fomentar a renda e sustentar a família com dignidade. Anuncia-se esse projeto como se fosse a sétima maravilha do mundo. Certamente todos vão falar que nós vamos investir finalmente cem milhões de dólares em turismo no Paraná.

Ora, certamente muito bem-vindo. Mas, se levarmos em conta o que se gasta em propaganda e publicidade pelos governos, cada um bate no peito e diz assim: "este é o meu programa. É o meu projeto." É o dinheiro do povo! É o dinheiro arrecadado do povo trabalhador que está hoje dentro da indústria. É um dinheiro arrecada-

dado graças à competência empresarial dos industriais, dos empresários do Paraná que tocam com eficiência as suas empresas e que geram os impostos e que enchem o caixa do governo. E daí o governo bate no peito: "eu sou dono desse projeto." Queira Deus que o Paraná mude. Mude no sentido de investimentos na industrialização da nossa matéria-prima, verticalizando a nossa produção, agregando valor desde a matéria-prima até o produto final acabado, para podermos aumentar a receita e investimentos, mais na qualidade do povo do Paraná.

Para concluir, Deputado Rafael Greca, V. Exa. deve ter tido grandes tristezas e grandes alegrias também no Ministério, esta certamente é uma alegria.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, votaremos favorável à constitucionalidade desse projeto, mas no dia de amanhã estaremos entrando com uma emenda e gostaria de pedir aos Deputados, que se atenham para uma questão. Não é apenas a região de Foz do Iguaçu que merece investimentos na área de turismo. Temos, Deputado Artagão, vários Municípios do Paraná que têm o certificado como Município turístico e que não vão receber investimentos desse empréstimo.

Por esta razão, no dia de amanhã, estarei entrando com uma emenda - espero ter o apoio de V. Exas. porque muitos Municípios do Paraná, como por exemplo, União da Vitória, Guarapuava, Prudentópolis, Irati, todos esses Municípios que representamos, têm o certificado de municípios turísticos, mas dependem de investimentos.

Eu já fui pródigo com Foz do Iguaçu e com a região Oeste. Acho que nada melhor do que dividirmos estes investimentos, com os municípios que têm o certificado como Município Turístico do Estado do Paraná.

Cito, por exemplo, o Município de Bituruna, que produz vinho e que tem a Rota do Vinho, que é a mesma que acontece em Bento Gonçalves e que também precisamos de investimentos.

Por esta razão estaremos no dia de amanhã entrando com essa emenda e aguardamos o apoio dos Srs. Parlamentares, que representam, não apenas esses Municípios, mas essas regiões.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero inicialmente agradecer ao Deputado Rafael Greca, que quando Ministro deu encaminhamento a esse grande projeto de investimento do Banco Mundial, para que se possa investir no turismo em Foz. São sessenta milhões de dólares que vêm de fora e mais 40 milhões do Governo Federal e do Governo Estadual, que totalizam cem milhões de dólares.

Eu queria falar ao Deputado Valdir Rossoni, me reportar à sua intenção que é louvável, de dividir esse recurso e dizer-lhe que esse projeto, para esse investimento, foi exaustivamente, debatido com o Banco Mundial e foi aprovado. Com certeza, se mudar o rumo desse investimento, é claro que o Banco Mundial suspenderia o recurso. É um recurso, que grande parte é para Foz do Iguaçu e a outra vai ser investida em outros Municípios, que foi previamente definido e aprovado pelos técnicos desse Banco que estamos emprestando o dinheiro. É uma importância muito grande para o Paraná. Por que escolheram Foz do Iguaçu? É claro que trabalhamos muito para que Foz fosse aquinhoadada com uma parte maior, mas principalmente é porque dos destinos é o sétimo do mundo. E eles querem que se invista onde realmente tem uma base sólida turisticamente, para que os investimentos surtam efeito.

Quero agradecer aos Deputados. Acho que Foz do Iguaçu deveria estar, hoje, aqui, na Assembléia, apoiando esse projeto. E digo que lamento aqui a ausência dos outros dois Deputados de Foz do Iguaçu, meus colegas Reni Pereira e Chico Noroeste, que deveriam estar aqui dando apoio a esse projeto, que é de maior interesse da minha cidade de Foz do Iguaçu.

Mas, para que haja mundança aqui na Assembléia que mude o projeto, serão, com certeza suspensos os recursos do Banco.

Muito obrigado!

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, da mesma forma, nós achamos e entendemos que esse projeto é importante para nossa região Oeste do Paraná, um projeto que vem sendo trabalhado há muitos anos e é importante para toda nossa região.

Dizer que ele não se atém só ao Município de Foz do Iguaçu, mas a praticamente todos os Municípios limítrofes ao Lago de Itaipu. E por isso que é importante e gostaria que, de repente, o Deputado Dobrandino ou o Deputado Elio me esclarecessem se o Portal de Foz do Iguaçu está contemplado nesse projeto. Seria só uma colocação, uma preocupação de nossa parte!

Se está contemplado, então fico extremamente satisfeito, porque é uma obra que foi iniciada no Governo anterior e faz tanto tempo que está lá abandonada. Fico extremamente feliz da preocupação do Deputado Valdir Rossoni em contemplar também outras regiões do Estado, no entanto é um projeto que já foi elaborado, discutido e só foram efetivamente contemplados os Municípios que se habilitaram para que isso realmente ocorresse. Acho que qualquer desvio de aplicação pode retardar o projeto.

Seria isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Acho que o Deputado Rafael Greca poderia esclarecer e, inclusive, estava comentando com o Deputado

José Maria agora, que temos uma área de turismo muito importante no Norte Pioneiro e no Norte do Estado, como a região de Primeiro de Maio etc, e ele estava falando que no segundo convênio há uma negociação com o Banco Mundial no valor de seiscentos milhões de dólares, que essas regiões serão beneficiadas.

Gostaria de consultar V. Exa., que foi o Ministro que encaminhou esse projeto.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A idéia é que o Banco exige do Estado contrapartida, não só do Estado, mas também da iniciativa privada da região, contrapartida em dólares.

Então, em um primeiro momento, contemplam-se as regiões aonde esse retorno pode ser imediato. O caso de Foz do Iguaçu é específico, porque tem um parque hoteleiro e um aeroporto já potencializados para o turismo internacional. No Litoral do Paraná a mesma coisa vai acontecer, como vai acontecer na região da grande Curitiba e, em um segundo momento, na região dos Campos Gerais.

A idéia é criar três eixos dentro do Paraná: Litoral e Região Metropolitana; Caminho das Tropas, desde o Rio Paranapanema até o Rio Iguaçu; e depois a região da Costa Oeste. E mais tarde, por verba orçamentária, o Governo do Estado fazer a ligação entre os eixos, por exemplo em áreas como a Costa Norte, onde começa um interessante projeto de turismo de lagos ou a área da região dos Lagos do Rio Iguaçu, que podem entrar como uma extensão ou como um corredor de ligação entre os Campos Gerais e a Costa Oeste, como entraria a Estrada do Cerne como um corredor de ligação entre a região de Curitiba e a região dos Campos Gerais.

O Paraná inteiro acaba se potencializando pela idéia do turismo. Agora, em um primeiro momento, o Banco exige uma contrapartida de rendimento do parque hoteleiro local. Também houve o mesmo problema em Santa Catarina: tentei colocar em Santa Catarina regiões que não tinham volta de recursos por captação hoteleira, como era o caso, por exemplo, da Serra de São Joaquim ou era o caso do Santuário da Madre Paulina. O Banco não aceitou, o Banco quis que isso fosse concentrado na região de Cambaí e na região do Litoral.

Vejam, o Deputado Rossoni faz que não com a cabeça. Eu louvo a qualidade de representação popular do Deputado Rossoni, que se incomoda com a sua Bituruna, com toda região do Vale do Iguaçu. Lá em Bituruna há um salão de baile de molas onde o povo dança e o salão chacoalha, ah, é em Porto Vitória, uma coisa adorável, é uma atração turística. Há também as igrejas ucranianas, toda essa região merece apoio, mas isso tem que ser feito dentro da perspectiva orçamentária.

A minha visão era que no orçamento do ano que vem nós contemplássemos uma contrapartida maior para o PROJETUR do Sul, voltada para os corredores de ligação com o PRODETUR.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, é difícil e quero que o ilustre Deputado Rafael Greca compreenda, é difícil você entender que vai ser investido em turismo e a cidade contemplada é Foz do Iguaçu! Aí alguém poderia dizer: “Mas Foz do Iguaçu é a coisa mais linda que nós temos!” Mas é a que tem uma boa infra-estrutura, se nós começarmos a investir onde as cidades têm potencial turístico, têm certificado como cidade turística por esta razão o primeiro investimento devia ser onde nunca se investiu nada.

Então, essa justificativa que o Banco exigiu que os recursos sejam investidos em cidades que dão retorno em dólar, quem me garante que se nós investirmos em União da Vitória nós não vamos levar lá turistas alemães, ingleses, italianos? Porque lá é uma região italiana, de poloneses.

Então a justificativa que o empréstimo só ocorrerá se tiver retorno em dólar, eu quero dizer que não cabe!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas é justificativa do Banco, não é minha! Eu, Ministro, gostaria de contemplar cada um dos Municípios do Paraná, mas o Banco age assim!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Rafael Greca, se V. Exa. me interromper eu perco a minha linha de raciocínio e V. Exa., com sua cultura me dificultará o encaminhamento.

O que eu estou dizendo aqui é o seguinte: ninguém pode, neste momento, provar a nenhum paranaense que os turistas que vão a Foz do Iguaçu, ou que vão a União da Vitória ou que vão a Guaíra vão gastar em dólar, eles podem gastar em euro. E os turistas que vão a Foz podem ir a outras regiões, se nós oferecermos condições.

Eu sou um defensor da minha região. Por quê? Porque a nossa região em todos os programas de Governo sempre fica relegada a segundo plano! Isso desde o tempo que D. Pedro chegou aqui, desde o tempo do Coronel Amazonas! Nós só somos lembrados, a região de União da Vitória, a região sudeste do Estado, a região Sul do Estado, Palmas que é a porteira do Sudoeste, somos lembrados, sabem em que momento? Na hora de criar parques! Ora, está aí o maior exemplo, se nós vamos criar parques em Ponta Grossa, em Palmas, por que estas cidades já não vão receber recursos deste empréstimo para ir ao encontro do projeto do Governo Federal que é de criar os parques? Nós vimos ali o Marino, infelizmente ele não terminou a sua palestra, defendendo o turismo ecológico, ora, se não tiver investimento em turismo ecológico não vai ter turista que vá fazer turismo ecológico.

Por essa razão hoje não temos por que votar contra, é constitucional, é legal, votaremos favorável; mas no dia de amanhã votaremos no mérito.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para comunicar a presença, no plenário, do Secretário de Turismo do Paraná, Celso Caron e do Presidente da Paraná Turismo, Dr. Jorge Demiat. Um e outro podem conversar com os Srs. Deputados sobre as demandas turísticas regionais.

Agora, de novo eu esclareço, o PRODETUR foi feito com base numa contrapartida do mercado turístico existente por uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, não por uma definição, seja do Governo Federal, seja do Governo Estadual.

E veja, é um projeto tão sem arma política, que é um projeto do Governo Fernando Henrique está encampado pelo Presidente Lula, é um projeto do Governador Jaime Lerner que está encampado pelo Governo Roberto Requião e que eu tive a alegria de criar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Hermas, estamos entrando no debate da questão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicitaria que só encaminhasse o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. abriu uma exceção para o Deputado Rafael e quero contrapor ao que o Deputado Rafael Greca disse. Quando no Governo Jaime Lerner iniciou-se esse debate, foi pedido aos Prefeitos de cidades com potencial turístico, que pedissem ao Ministério do Turismo que fossem certificados esses municípios como cidades turísticas. Então, o que acontece?

Amanhã entraremos no mérito, Deputado Rafael Greca, mas só para me contrapor, quem não tem infra-estrutura nunca vai ter, por quê? Está aí o exemplo desse empréstimo que estamos fazendo. Por isso, conclamo aos Srs. Deputados que não queremos obstruir o desenvolvimento da Região Oeste, jamais! Queremos igualdade!

Era esta posição, mas amanhã teremos tempo suficiente para discutir o mérito deste projeto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Sem Partido**)

Apenas para corroborar com o Deputado Valdir Rossoni, e V. Exa. conhece até melhor do que eu, é o caso do Norte Pioneiro, é o caso de Ribeirão Claro, de Carlópolis. Uma região tão bonita, mas que precisa de infra-estrutura e que precisa de apoio de dinheiro para desenvolver o turismo naquela região.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Se o Deputado Rafael Greca me permite, não na qualidade de Presidente, mas como Deputado da nossa região. Foi V. Exa., como Ministro, que fez esse projeto encaminhado ao Banco Mundial.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Fui eu como Ministro, mas a definição...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E que determinou as regiões?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não, a definição das aplicações é do Banco Interamericano.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas o Banco nem sabe que existe lá Ribeirão Claro, nem sabe que existe Primeiro de Maio.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas o Banco Interamericano de Desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Alguém encaminhou para o Banco essas regiões.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Depois que eu deixei de ser Ministro foi elaborado o primeiro PDITS, que é o Plano de Desenvolvimento do Turismo para contemplar a região de Foz do Iguaçu como região piloto. Agora tem que ser feito os novos PDITS, um para o litoral do Estado, um para a região da Grande Curitiba, podendo haver outro PDITS se o Governo do Estado assim entender, envolvendo outros eixos ou outros investimentos. Agora, o Banco exige limites mínimos de aportes turísticos, de estatísticas de ocupação de leitos turísticos na região para colocar investimento. E não contempla investimento numa infra-estrutura num lugar primário.

Esse investimento primário tem que ser feito num primeiro momento pelo orçamento do Estado, pelo orçamento da Nação. Depois que o pólo turístico está definido, o Banco não entra com o financiamento do desenvolvimento do turismo. Não é um plano de criação do turismo. É de desenvolvimento do turismo. Agora, estou achando uma delícia, estou achando muito bom que todos os Deputados se abram à causa do turismo, que todas as regiões do Paraná reivindicuem espaços turísticos e verbas turísticas para si. Acho que temos que pensar no orçamento do ano que vem, com certeza uma verba para a Costa Norte do Paraná, lá para Primeiro de Maio, Ribeirão Claro, para a região que V. Exa. representa, que poderia ser uma ligação entre os Campos Gerais e a Costa Oeste. Podemos fazer a mesma coisa nos lagos do Rio Iguaçu, na região que o Deputado Rossoni representa.

Assim, a Assembléia estará definindo estratégias de futuro para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito e Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, eu faria o mesmo que está fazendo o Deputado Rossoni, lógico, de querer levar para as suas regiões. Mas, quem teria que fazer isso, na verdade, seria o Governo Federal e o Governo do Paraná.

O Banco Interamericano, eu já participei de algumas reuniões em Brasília, no Ministério do Turismo, junto com os técnicos, o critério deles é esse, se não for assim eles não investem aqui. Eles qualificaram a região lá das três fronteiras, ali do lado de Itaipu, até as margens das Cataratas ao lado de Itaipu, e foram convencidos depois, uma parte deles, que viessem para o litoral do Paraná e aqui em Curitiba. Mas, por eles, investiriam todo o recurso da região em Foz do Iguaçu.

Acho que o Deputado tem razão, mas foram feitas mais de dez reuniões para definir esse critério. Se mudar o projeto, com certeza o Governo vai ter que vetar, porque o Banco não aceita.

O SR. JOCELITO CANTO (**Sem Partido**)

Eu acompanhava aqui o pronunciamento do Deputado Rafael Greca, que aliás, já foi Ministro. Então, é uma pessoa que tem um conhecimento muito grande de turismo para falar desses investimentos do Banco Mundial aqui no Paraná.

Mas, gostaria de lembrar que a região dos Campos Gerais, e o Deputado Rossoni defende a sua região, eu vou defender a minha. Estamos cansados de ver o dinheiro ir só - com todo o respeito ao Líder, Deputado Dobrandino - para Foz do Iguaçu. Aí, Ponta Grossa e os Campos Gerais não conseguem melhorar o turismo, porque, se vêm cem milhões, 99 milhões vai para Foz do Iguaçu e sobra um milhão para as demais regiões do Paraná.

Gostaria de votar a favor do projeto, não tenham dúvida que é o projeto bom do Governo, mas também gostaria que acabasse aquele negócio que vemos aqui em Curitiba, de que Vila Velha está a setenta ou oitenta quilômetros de Curitiba, e não de quinze ou vinte quilômetros de Ponta Grossa.

O turista sai daqui orientado pelas agências de publicidade, pelos grandes grupos, que ele deve sair de Curitiba, ir para Ponta Grossa e voltar para Curitiba. Esse é o turismo burro, é o turismo atrasado e que infelizmente o Governo colabora com isso.

O turista sai de lá e recebe um documento, às vezes um folder dizendo que Vila Velha está a setenta, a oitenta quilômetros de Curitiba, e não fala de Ponta Grossa.

Daí o turista vem aqui, não gasta nada em Ponta Grossa. Primeiro, porque em Vila Velha não tem no que gastar, não tem nada lá. Ele vai lá, dá meia volta e vai embora e não gasta um centavo na região dos Campos Gerais.

Essa história de que vão fazer alguma coisa é tão antiga como a história dos Três Porquinhos, que todo mundo conhece. Vão fazer o turismo interligado. Vão ligar Vila Velha ao Canion do Guartelá. O Governo passado prometeu, fez projeto, mas nada disso aconteceu.

Continuamos vendo turismo na região dos Campos Gerais sendo tocados pelos Prefeitos, pela Associação dos Municípios que têm lutado e conseguido alguma coisa.

Deputado Rafael Greca, V. Exa. que foi Ministro, que começou esse projeto, queria fazer-lhe um pedido: que trouxesse amanhã a esta Casa, num momento em que nós vamos discutir, daí hoje é inconstitucionalidade, vão votar a favor, mas amanhã vão discutir o mérito, eu queria ver esse documento do Banco. Queria ler esse documento, eu não leio em inglês, mas vou pedir para alguém ler ou se ele escreve em português. Queria ler esse documento que o Banco diz que o dinheiro tem que ser exatamente aplicado na região que V. Exa. falou.

Gostaria de ler esse documento. Gostaria de mostrar esse documento para poder votar amanhã a favor. Porque senão, eu não vou votar a favor. E queria pedir ao Deputado Greca, que foi Ministro, se o Banco define, como disse o nosso Presidente: como é que o Banco vai saber que existem outros pólos no Paraná, se os nossos agentes que tratam da questão do turismo não dizem ao Banco: há mais, tem Vila Velha, mas tem União da Vitória, tem o Norte do Paraná, mas tem as pousadas, tem o caminho das tropas, tem mais isso e mais aquilo.

Se os nossos homens públicos que cuidam do turismo não comunicarem ao Banco, o Banco não vai saber. Claro que o Banco quer aplicar em Foz do Iguaçu, porque é conhecido mundialmente. Agora, por que não aplicar nos Campos Gerais?

Então, Deputado Rafael Greca, tenho dificuldades de discutir com V. Exa., porque é um expert em turismo, tanto é que foi Ministro; eu, apenas um radiologista. Mas queria pedir ao senhor que trouxesse a esta Casa, amanhã, o documento em que o Banco Americano diz que a prioridade é Foz do Iguaçu, aí vou votar a favor de Foz do Iguaçu, votar a favor desse projeto.

Agora, se eu não vir esse documento aqui, amanhã, eu não vou votar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

É para já, Deputado Jocelito, está aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (**Sem Partido**)

Mas é do Banco!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Do Banco.

Só para esclarecer, estou aqui com o PDITS, que é o documento oficial do Banco que me foi encaminhado pela assessoria do Governo, porque o Deputado Jocelito disse bem, eu fui Ministro, não sou Ministro. Então, os defeitos do projeto agora não podem ser atribuídos a mim. O senhor, na época, era Prefeito de Ponta Grossa, aliás, me presenteou com um ótimo quadro da Igreja de Ponta Grossa com a ferrovia, para que eu não me esquecesse dos Campos Gerais. Recordo-me da sua senhora

levando esse quadro lá no Ministério, pintado à óleo, que eu conservo comigo até hoje.

O que eu quero dizer é o seguinte: o PDITS está aqui na minha mão, peço que o Sr. Presidente faça publicar no Diário da Assembléia e na página 36...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa., são sessenta milhões de dólares. Aqui temos uma planilha de investimento nos Municípios de noventa milhões, é essa planilha que V. Exa. está, 90 milhões, 820 mil e 500 reais.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Essa foi a aspiração.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, há uma sobra de recursos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Muito! Agora veja, Sr. Presidente, o que diz na página 36...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faremos uma emenda amanhã destinando.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deixe-me dizer o que diz a página 36: “de acordo com o apresentado no relatório do PDITS, com exceção de Foz do Iguaçu todos os Municípios apresentam uma estrutura insuficiente para gerenciar um programa desse porte. É a afirmação do Banco. O que eu sugiro é que todos os Srs. Deputados estudem o PDITS, que nós conversemos com o Secretário de Estado do Turismo, para ver se o Secretário de Estado do Turismo dá condições de uma abertura e com isso se faça uma emenda, como lei é norma geral de conduta, uma emenda geral. Agora, não se trata de tirar o dinheiro de Foz do Iguaçu, porque o dinheiro de Foz do Iguaçu é para um projeto piloto, que dando certo o dinheiro continua a vir para todo o Paraná, inclusive o discurso do Deputado Jocelito só vale por amor aos Campos Gerais, porque os Campos Gerais estão contemplados na estratégia do programa. Há um intenso projeto com relação à rota do caminho das tropas.

Então, veja, Sr. Presidente, vamos votar a constitucionalidade e, por favor, faça publicar o PDITS, no Diário da Assembléia, para que os Srs. Deputados e assessoria estudem e vamos estudar se cabe uma Emenda. Agora vamos pensar no seguinte: não vamos atrasar isso, porque daí estaremos fazendo o que sempre se fez no Sul e mais especificamente no Paraná, que foi de uma certa forma recusar os recursos que vêm de Brasília. O Paraná dá e Brasília tira, esse é um momento em que Brasília está nos dando o aval para investir no nosso Estado. Não tem cabimento atrasarmos um projeto como esse.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, com o intuito de colaborar, o Regimento Interno prevê efetivamente o encaminhamento uma única vez por parte de cada Parlamentar. E os Parlamentares que estão encaminhando não podem ser aparteados.

Razão pela qual encareço a V. Exa., o assunto é palpitante mas já que hoje vamos votar apenas a constitucionalidade que os debates sobre o mérito que nós pudéssemos restringir para a Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós tínhamos feito um apelo aos Srs. Parlamentares neste sentido.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

No mesmo sentido, se eu pudesse ter a cópia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, nós vamos determinar que se publique no Diário Oficial da Assembléia no dia de amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Mas se V. Exa. permite-me ainda na questão de ordem que faço, para convocar os senhores membros da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, que amanhã às 10h00, no plenarinho da Assembléia Legislativa, a Comissão vai se reunir para analisar algumas auditorias que foram feitas durante esses dias.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto, a constitucionalidade.

1ª discussão do Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2005.

Em votação.

Em discussão.

Aprovado.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2005, de 04/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 150/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Cesar Seleme, visa regulamentar de forma especial às servidoras públicas estaduais que sejam mães, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência, concedendo-lhe até vinte horas por semana - conforme a real necessidade comprovada - para o atendimento à criança, adolescente, jovem ou mesmo adulto que carece de uma atenção com amor,

dedicação e de atenção especial. Estes cuidados levarão o(a) portador(a) de deficiência com absoluta prioridade ao aprimoramento de sua recuperação, em caso de tratamento de saúde, respeitando o seu direito à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade.

O artigo 24 da Constituição Federal, assim se expressa: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: inciso XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”...

Por seu lado a Constituição do Estado do Paraná, também se manifesta no mesmo sentido, preconizando no seu artigo 12, o seguinte: “É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios: inciso II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”...

Deste forma, entende o relator, existir amparo legal e constitucional para que o presente projeto seja levado à discussão do Plenário desta Casa, sendo portanto o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 150/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo conceder dispensa de parte da jornada de trabalho, à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quando à constitucionalidade e legalidade da mesma.

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor encontra méritos indiscutíveis na proposta apresentada que pretende conceder benefícios à servidora pública mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

Sala das Comissões, em 08.06.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

2ª Discussão

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2005, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Constantini, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a disponibilidade de impressora em braille nos Núcleos Regionais de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a função de Ouvidor Corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

Aprovado o projeto.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que dispõe sobre eleições diretas para a escolha, pela comunidade universitária, de Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e de Diretores das Faculdades Estaduais isoladas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que permite a transferência de crédito do ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para a aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 292/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, permite a transferência de crédito de ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícola-

las, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, vindo a sofrer Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Deputado André Vargas e que visa tornar mais precisa a redação do artigo 2º.

Fundamentação

A Emenda de Plenário não apresenta qualquer óbice de natureza legal ou constitucional, e visa apenas tornar mais clara a redação do artigo 2º que causava a impressão de tratar-se do projeto de isenção tributária quando, no caso, a proposição trata de normas de compensação de créditos.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1795, de autoria dos Deputados André Vargas e Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 292/2004.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a divulgação por meio telemático das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. PARECER CONTRÁRIO DA CO. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 581/2003

P A R E C E R :

Trata-se de emenda visando acrescentar o parágrafo 2º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 581/2005, de autoria do nobre Deputado Padre Paulo Campos.

Através deste novo dispositivo, pretende-se que os repasses orçamentários efetuados pela União ao Estado do Paraná, também sejam postos ao conhecimento dos cidadãos, através da Internet.

Sob o ponto de vista da legalidade e constitucionalidade não vislumbramos qualquer óbice a iniciativa, já que está submetido ao mandamento da publicidade.

Adite-se ainda que, contrariamente a manifestação de fls. da Comissão de Orçamento, os artigos 165 e 133 da C.F. **não vedam**, a publicidade da execução orçamen-

tária por outros meios que não a publicação na forma ali disposta.

Portanto, não há como concluir-se por ilegal ou inconstitucional o projeto e emenda ora em análise, aliás, a opinião desta Comissão está em desacordo com suas competências, conforme parágrafo 4º do artigo 33 do Regimento.

Isto posto, propugno pelo trâmite normal da presente.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Ailton Araújo, Delegado Bradock, Nelson Justus, José Maria Ferreira e Hermes Fonseca.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1797, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 581/2003.

Redação Final

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 294/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Leite Oeste, localizada em Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2005, de 17.05.2005).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 279/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Francisco Beltrão, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16.05.2005).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 184/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que autoriza o Poder Executivo a receber através de doação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel que especifica, localizado no Município de Cantagalo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 184/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma de doação, uma área de terra denominada de Lote 07B, medindo 0,8759 ha (oitenta e sete ares e cinquenta e nove centiares), objeto de parte da Matrícula nº 1401, do Cartório de Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Cantagalo, localizado no projeto de Assentamento Juquiá de Cima, no Município de Goioxim, sobre o qual se pretende a implantação de ramal e terminal ferroviário, com derivação da linha principal da FERROESTE.

Parágrafo Único. Objetivando o fiel cumprimento ao contido no *caput* deste artigo, fica também o Poder Executivo autorizado a tratar de todos os assuntos inerentes junto aos órgãos públicos federais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 176/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Porto Amazonas - Ação Social - PROVOPAR, com sede em Porto Amazonas e foro na Comarca de Palmeira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13.04.2005).**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Eu estou com os meus projetos que se referem ao Tribunal de Contas em regime de urgência. Conversei com V. Exa. para nós colocarmos na pauta, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu vou amanhã fazer uma reunião logo após a Sessão com os líderes Partidários, já fica feito o convite, nós vamos convidar inclusive o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Heinz, e depois, logo após essa reunião, com certeza colocaremos em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Eu gostaria que V. Exa., se me permitir, dando uma sugestão, convidar os Parlamentares que são co-autores do projeto, porque têm alguns que estão me cobrando e querem participar dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ficam convocados os Srs. Parlamentares, os líderes partidários para essa reunião, logo após o término da Sessão Ordinária, na sala da Presidência.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1789, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1749 a 1754, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1756, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1758 e 1759, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1760 a 1762, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1765 a 1774, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1775, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1776 e 1777, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Elio Rusch e Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1778, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1781 a 1788, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1792, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1793, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1794, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1796, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1799, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Valdir Rossoni e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1780, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Queremos justificar a nossa ausência no início da Plenária, porque estava fazendo as honras da Casa a uma comitiva chinesa da Província de Chilin, que tem interesse em estabelecer relações comerciais com o Paraná, principalmente com a sua soja e troca de tecnologia.

Essa província trata de toda comercialização da China. É uma conversa que pode avançar muito e teve a representação, aqui, da OCEPAR.

Eu, em nome do bloco agropecuário, quero dizer que essa reunião foi chamada de última hora e, infelizmente, como era em horário de Sessão, em função do horário dos chineses, nós até não convidamos os companheiros Deputados do bloco.

Esteve presente, também, a Deputada Luciana Rafagnin que representa a Comissão de Agricultura.

Acredito que teremos negociações, no futuro, que interessarão os agricultores paranaenses.

Obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 150 e 232/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040/2004, 174 e 311/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 038, 041, 042 e 044/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2005.

Pronunciamento do Sr. Alexandre Weinhardt da Silveira

Queridos jovens adolescentes, futuros estudantes deste Templo do Saber, culta e dinâmica professora Adriane Mello, Secretária da Educação de Antônio Olinto, Ilmo. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal.

Fosse pela condição de mais idoso descendente da Professora Ernestina Weinhardt Silveira, fosse pelo motivo de ser o último de seus dez filhos, ainda vivo - o escolhido para fazer este agradecimento, não teriam tais atributos me envaidecido tanto a minha condição de ter sido seu colega de magistério nos últimos anos e, até mesmo no seu último dia de atividade de educadora.

Evocando esse passado de lutas e glórias, me vem à mente aquela magistral frase de Abrahan Lincoln: "O passado é a causa do presente e este a razão do porvir".

Retroagindo assim ao século passado desde a primeira década recordamos os feitos de algumas pessoas que abnegada e altruisticamente cultivaram o solo dádivo do Bem Servir: Augusto e Reynaldo Machiavelli foram duas delas; o primeiro, na condição de Inspetor Escolar, cargo sem remuneração a qualquer título, periodicamente percorria o então distrito de Antônio Olinto com maior abrangência territorial que o atual Município, na faina de inspecionar as Escolas isoladas, fiscalizando-se e orientando as professoras, de cujas visitas deixou verdadeiros textos de exaltação ao sagrado dever de ensinar, consignados em Atas e Termos de Visitas; o segundo, militando politicamente encampou com outros líderes a emancipação de Antônio Olinto, o que teve a felicidade de ver concretizada.

Graças a essa conquista estamos hoje usufruindo esse grande benefício da ampliação desta Casa de Ensino, cuja realização devemos a visão administrativa do atual Prefeito de Antônio Olinto, Sr. José Cleomar Machiavelli, que teve a benevolência de ratificar a proposta a ilustre Secretária da Educação denominando os cursos de 5ª a 8ª série de Escola Ernestina Weinhardt Silveira.

Seria então de perquerir qual a razão da Professora Adriane Milleo - Secretária da Educação e Vereadora da Câmara deste Município regredir mentalmente ao passado, e de lá trazer à luz o nome de uma Mestra cujo trabalho se vai pelo tempo a fora?

A resposta é esta: corre em suas veias o sangue generoso de uma saudosa educadora, lembrança carinhosa e perene, quase sagrada na memória desta querida gente de Água Amarela, que reconhece ter recebido dela além do ensino a amizade, o afeto, a proteção, a hospitalidade e, até a caridade.

Essa educadora altruísta e abnegada tem o seu nome designado outro templo do saber e da esperança.

GASPARINA SIMAS MILLEO

Reverenciando a memória das saudosas Mestras, repito uma pequena poesia de autoria de Prisciliano Duarte de Almeida:

ORAÇÃO DO EDUCADOR

Jesus educador da humanidade
Que dissesstes "deixai que os pequeninos Comigo venham a ter"!
Ensina-me a formar os paladinos
Da justiça, da paz e da bondade,

Ensina-me a ensinar a bem-viver!

Com palavras, exemplos e carinho
Dá que eu conduza ao porto desejado
As alminhas em flor!
Que cada coração por mim tocado
Tenha o perfume bom do rosmaninho
Onde vicege o Teu divino amor!

Que eu nunca seja pedra de tropeço
Que eu nunca escandalize uma criança,
Que eu saiba respeitar seu coração!
Dá-me essa força poderosa e mansa,
Esse dom de educar que não tem preço:
- Saber, ternura, esforço, inspiração!

Este texto a professora Ernestina, a minha mãe, recitava ao adentrar a sala de aula pedindo ao Mestre dos mestres, inspiração e ajuda para o sagrado mister de educar.

Ao encerrar esta pálida mas sincera dissertação de gratidão que faço em meu nome e de meus familiares, cumpro o grato dever de apresentar ao Prefeito José Cleomar Machiavelli um sincero e fraternal amplexo.

E à professora Adriane Milleo peço permissão para depositar em suas laboriosas mãos, um ósculo de gratidão e esperança.

Publicações:

Despacho da Presidência

DESPACHO DO PRESIDENTE

Protocolo nº 1398/2005

Requerente: Sylvio Sebastiani

I - Indefiro, face às informações.

II - Publique-se e archive-se.

Em 08/06/2005.

(a) HERMAS BRADÃO

Presidente

Ata de Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José

Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Presidente concede vistas aos Deputados Delegado Bradock e Reni Pereira; 03) Projeto de Lei nº 129/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. O Sr. Presidente concede vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 04) Projeto de Lei nº 164/2005, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 165/2005, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 168/2005 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 187/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Presidente concede vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 08) Projeto de Lei nº 191/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 202/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 213/2005, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli, Pedro Ivo, Alexandre Curi e Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira, sugerindo transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 214/2005, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Antonio Anibelli e Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira, sugerindo transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 218/2005 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 219/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 243/2005 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei Complementar nº 257/2005 de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Presidente concede vistas ao Deputado Luiz Carlos Martins; 16) Projeto de Lei nº 263/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 275/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 285/2005, de autoria do Poder Executivo. O Sr.

Presidente concede vistas ao Deputado Reni Pereira; 19) Proposição Veto nº 38/2005 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 69/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 581/20003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 155/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Ailton Araújo e Hermes Fonseca e com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 23) Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 162/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Hermes Fonseca; 25) Projeto de Lei nº 295/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 319/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. O Sr. Presidente concede vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 27) Proposição Veto nº 41/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 28) Proposição Veto nº 42/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 29) Proposição Veto Parcial nº 43/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 65/2005 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 30) Proposição Veto Parcial nº 44/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 176/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 279/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 280/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 291/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar

e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓*✓